



**Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária de
22/04/2021**



Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ÍNDICE

1 – MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
2 - ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES	5
3 - ANEXO II: DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	63
4 - ANEXO III: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	68
5 - ANEXO IV: LOCAL AGO E INSTRUÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	88

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

1 - MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(a) Apreciação, discussão e votação das contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, bem como tomar conhecimento do parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;

O Parecer do Comitê de Auditoria, o Relatório da Administração, o relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas foram enviados aos órgãos reguladores e divulgados no site de Relações com Investidores da Companhia (www.terrasantaagro.com/ri) em 10 de março de 2021.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 07/12/2009, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), constam do Anexo I à presente Proposta.

(b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e destinação de dividendos, se houver;

O Exercício Social de 2020 apresentou prejuízo líquido de R\$ 56,8 milhões, portanto não há proposta de destinação do resultado.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 (“Instrução CVM 481”), constam do Anexo II à presente Proposta.

(c) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia.

A Administração propõe os honorários anuais e globais dos membros da Administração (Conselho de Administração, Comitês Estatutários e Diretoria) para o exercício de 2021 no valor de até R\$ 16.795.316,67 (dezesseis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). Tal valor se refere ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

É importante destacar que os valores de remuneração dos administradores estão alinhados à remuneração praticada no mercado, conforme verificamos por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada e à estratégia de remuneração da Companhia, de forma a manter a sua competitividade em atrair e reter os seus Administradores-chave.

Comparativamente aos valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2020 (R\$ 6.654.465,00), o valor efetivamente realizado de R\$ 5.735.768,38 foi 13,8% inferior ao aprovado em Assembleia diante do menor gasto com bônus da diretoria do que o inicialmente previsto.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Comparativamente aos valores propostos na Assembleia Geral Ordinária de 2020 (R\$ 6.654.465,00), o valor proposto para exercício social de 2021 é 152% superior, diante da (i) previsão de bônus superior ao verificado no ano anterior como consequência de um maior atingimento das metas no ano de 2020 pelos diretores comparativamente ao ano anterior; (ii) inclusão de bônus *retention* para os atuais diretores por conta da combinação de negócios com a SLC Agrícola; e (iii) previsão de pagamento dos valores correspondentes ao plano de incentivo de longo prazo, o qual deverá ser liquidado e cancelado antes da incorporação da Terra Santa pela SLC Agrícola.

Vale dizer que o período coberto pelas propostas de remuneração são equivalentes aos períodos cobertos pelo Formulário de Referência (exercício social).

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do Anexo IV à presente Proposta.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

2 - ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES

(Item 10 do Formulário de Referência)

10.1– Diretores devem:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2020 foi um ano de grandes transformações para a Terra Santa Agro. No ano marcado pela pandemia mundial da COVID-19, em que praticamente todos os setores da economia foram duramente impactados, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. Em um cenário muito atípico que une preços extremamente elevados das commodities agrícolas e Real muito desvalorizado o nosso setor deve viver um dos melhores anos da sua história na safra 2021/22 e a Terra Santa Agro está pronta e preparada para se beneficiar deste cenário econômico extremamente favorável.

Nós sempre tivemos uma visão de longuíssimo prazo, temos trabalhado para construir uma Companhia que durará para sempre. Nesse contexto, desde que nossos indicadores operacionais começaram a se despontar entre os melhores do setor, há alguns anos, que nós começamos a preparar a Companhia para poder capturar oportunidades de crescimento e se figurar como consolidadora em um mercado extremamente fragmentado e, ainda, pouco profissionalizado. Como nós já temos uma estrutura altamente organizada, no mais alto nível de governança corporativa, faltava ainda estabelecer uma cultura organizacional sólida e que colocasse as pessoas no centro, aumentar, ainda mais, a nossa rentabilidade e resolver o problema do nosso alto nível de endividamento.

A consequência desse trabalho foi o resultado que pôde ser observado trimestre a trimestre em nossos Balanços e nossos releases. Assim, sempre pensando no melhor para nossos stakeholders, em novembro nós decidimos assinar um Memorando de Entendimentos com a SLC Agrícola, por meio do qual a SLC deverá incorporar as operações agrícolas da Terra Santa Agro. Esperamos, com essa transação, resolver o problema do nosso endividamento que é tão danoso para nossa rentabilidade e para o desempenho das nossas atividades operacionais e comerciais e assim melhorar as condições de trabalho de todos os nossos colaboradores e, ao mesmo tempo, gerar valor para os nossos acionistas. Fazendo uma analogia com o nosso negócio, a transação poderia ser vista como uma colheita antecipada dos frutos que viriam por conta do estabelecimento de uma Companhia sólida, sofisticada, inovadora, com visão de futuro e que tem o foco nas pessoas e o resultado como consequência.

Nossas operações seguem acontecendo normalmente, a safra 2020/21 tem demandado constantes replanejamentos que se iniciaram com o atraso do plantio por causa da falta de chuvas em outubro e continuaram por causa do aumento de 5 a 7 dias no ciclo da soja e pelo nível excessivo de chuvas no final de fevereiro e início de março. A maneira como nós nos

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

organizamos, de forma descentralizada e colaborativa, nos ajudou a sermos ágeis e eficientes nas decisões que tomamos e o resultado foi um plantio de algodão e de milho em uma janela muito melhor do que a média do Estado do MT, fator preponderante na definição da produtividade.

Em 2020, a operação da Terra Santa Agro apresentou sólido desempenho, alcançando o maior EBITDA Ajustado de sua história, que totalizou R\$ 222,5 milhões, com crescimento de 48,3% em relação a 2019. Os bons resultados operacionais da safra 2019/20, com recordes de produtividades das culturas de soja e algodão, aliado à desvalorização cambial que impactou positivamente os preços de venda, gerou um EBITDA Ajustado de R\$ 261,8 milhões, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 176,3 milhões, acumulado referente à safra 2018/19 até dezembro de 2019. Já o nosso endividamento, apesar do forte resultado operacional, não apresentou redução entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020. A contrapartida foi um aumento na conta de estoque de algodão (algodão em caroço, algodão em pluma, caroço e fibrilha), mensurado em R\$ 261,0 milhões em dezembro de 2020, contra R\$ 183,5 milhões em dezembro de 2019. Com o aumento da área de algodão houve a extensão do período de beneficiamento que nesta safra terminou em 3 de fevereiro de 2021, contra 15 de janeiro de 2020 da safra passada e 17 de janeiro de 2019 na safra retrasada.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 131,0 milhões e R\$ 91,0 milhões na controladora e consolidado (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 69,1 milhões e R\$ 58,2 milhões), respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis, adiantamento de clientes e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, a qual é liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada conforme prática característica do setor.

A geração de caixa da Companhia conta, ainda, com algumas ações implementadas e outras que ainda estão em andamento, tais como:

- Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 131,2 milhões. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a venda de R\$ 56,9 milhões equivalente a 43% do plano de venda, sendo que desse montante de vendas, R\$ 49,0 milhões já foi convertido em caixa.
- Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 por meio da Assembleia Geral Extraordinária de

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50,0 milhões, integralizado em 14 de junho de 2019, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias. Também, como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias, foram emitidos R\$ 100,0 milhões em bônus de subscrição, que podem ser convertidos até o dia 29 de abril de 2022.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1,4 bilhão conforme indicado por laudo externo de avaliação preparado em outubro de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações. Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Indicadores financeiros da Companhia dos últimos 3 anos são assim apresentados:

Índices Financeiros	2018	2019	2020
Índice de liquidez geral ⁽¹⁾	0,71	0,66	0,63
Índice de liquidez corrente ⁽²⁾	0,93	0,93	0,92
Índice de solvência geral ⁽³⁾	1,68	1,61	1,37
Índice de endividamento ⁽⁴⁾	0,60	0,62	0,73

(1) Liquidez Geral = (AC + ARLP) / (PC + PNC)

(2) Liquidez Corrente = (AC / PC)

(3) Solvência Geral = AT / (PC + PNC)

(4) Endividamento Total = (PC + PNC) / AT

Os indicadores financeiros da Companhia indicam situação financeira equilibrada entre ativos e passivos.

O índice de liquidez geral, que compara ativos circulantes e não circulantes com os passivos circulantes e não circulantes, mostra índices sem grande variação entre os anos de 2018 a 2019. Em 2020, para cada R\$ 1,00 que a Companhia deve, possui R\$ 0,63 em ativos totais, exceto imobilizado e intangível. Contudo, é importante destacar que as

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

margens das culturas já plantadas ou a plantar não estão totalmente reconhecidas no ativo, por questões de normativa contábil. Significa dizer que todo o passivo decorrente da produção já está reconhecido no balanço, mas parte significativa da mais valia da produção agrícola ainda não está reconhecida.

O índice de liquidez corrente, que compara ativos circulantes com os passivos circulantes, apresentou estabilidade nos últimos 3 anos. Em 2020, para cada R\$ 1,00 que a Companhia deve no curto prazo, possui R\$ 0,92 em ativos totais de curto prazo. Conforme mencionado no parágrafo anterior, parte significativa da mais valia das culturas plantadas e a serem plantadas ainda não está reconhecida no ativo, e caso estivesse, este índice apresentaria valor superior a 1,00.

Além disso, o valor de R\$ 11 milhões de indenização de seguros ficou registrado no passivo não circulante em 31/12/2020 por falta de formalização da seguradora.

O índice de solvência geral, que mede os ativos totais da Companhia com os passivos circulantes e não circulantes, apresentou um índice um pouco pior no ano de 2020 quando comparado aos anos de 2018 e 2019. Nesse indicador, em 2020, para cada R\$ 1,00 que a Companhia deve a terceiros, possui R\$ 1,37 de ativos totais.

Para o ano de 2020, esse indicador foi impactado pelo aumento expressivo dos empréstimos e financiamentos impactados pela desvalorização do real frente ao dólar.

É preciso levar em consideração que o valor das terras da Companhia, registrados na contabilidade no valor de R\$ 762 milhões, são avaliadas a valor de mercado em R\$ 1,36 bilhão.

Neste contexto, os ativos da Companhia equivalem a 1,65 vezes o passivo exigível em 2020 (2,12 em 2019 e 2,08 em 2018).

O índice de endividamento, que mede os passivos circulantes e não circulantes em relação aos ativos totais, mostra um pouco de piora no ano de 2020 quando comparado com os anos de 2019. Nesse indicador, em 2020, para cada R\$ 1,00 que a Companhia possui de ativos totais, deve R\$ 0,73 a terceiros. Repetindo o tópico anterior, é preciso levar em consideração que o valor das terras da Companhia, registrados na contabilidade no valor de R\$ 762 milhões, são avaliadas a valor de mercado em R\$ 1,36 bilhão. Neste contexto, o índice de endividamento geral da Companhia seria de 0,61 em 2020, 0,47 em 2019 e 0,48 em 2018 ao promover o mesmo ajuste.

b) estrutura de capital

Atualmente a Companhia possui uma estrutura de capital dividida em 27,0% de capital próprio e 73,0% de capital de terceiros. O custo médio do capital de terceiros terminou o ano de 2019 em 7,17% a.a..

Comparativamente ao ano de 2019, houve um aumento percentual do capital de terceiros de 62,1% para 73,0%, devido a extensão do período de beneficiamento que nesta safra

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

terminou em 3 de fevereiro de 2021, contra 15 de janeiro de 2020 da safra passada e 17 de janeiro de 2019 na safra retrasada. Esse atraso trouxe como consequência um aumento na conta de estoque de algodão (algodão em caroço, algodão em pluma, caroço e fibrilha), mensurado em R\$ 261,0 milhões em dezembro de 2020, contra R\$ 183,5 milhões em dezembro de 2019. Adicionalmente, tivemos um aumento no custo de replantio da safra 2020/21.

I. hipóteses de resgate

Não existe hipótese de resgate de ações e/ou quotas

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, visto que não existe hipótese de resgate de ações e/ou quotas

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.4 bilhão conforme indicado por laudo externo de avaliação preparado em outubro de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na Nota 24.8 (ii) das Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

A Companhia financia seu capital de giro através de linhas bancárias (ACC/ACE, PPE, CCBs de curto prazo e crédito rural) e também, eventualmente, através de linhas de crédito concedidas por seus fornecedores, clientes, operações de *barter* e operações de CRA.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Com a concentração de suas atividades na área agrícola, a empresa planeja captar recursos vinculados ao prazo de colheita da cultura (prazo safra), tendo como garantia, quando necessário, contratos de venda de safra futura (algodão e soja principalmente). Essas operações estarão casadas com o prazo da safra, no caso das culturas agrícolas, cujo prazo varia de 5 a 8 meses. Para os investimentos em ativos não circulantes, estimados para 2021, a Companhia planeja utilizar os recursos para melhorar produtividade do solo e manutenções corriqueiras da safra.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme demonstrações financeiras divulgadas, o endividamento da Companhia é composto em grande parte pelos seus endividamentos bancários. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos da Companhia é de R\$ R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ R\$ 482,0 milhões no curto prazo e R\$ R\$ 615,9 no longo prazo.

Ademais, a Companhia se financia também com fornecedores e clientes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta com fornecedores era de R\$ 290,4 milhões, com clientes (adiantamento de clientes) de R\$ 189,0 milhões e em tributos parcelados de R\$ 19,5 milhões.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A posição de endividamento da Companhia é detalhada na tabela abaixo:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Custo médio ponderado</u>			
		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	R\$	8,06% a.a.	3,80% a.a.	14.247	5.326
Crédito à Exportação	R\$	10,39% a.a.	10,52% a.a.	49.405	45.561
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	9,30% a.a.	10,02% a.a.	83.344	34.977
		<u>9,55% a.a.</u>	<u>9,90% a.a.</u>	<u>146.996</u>	<u>85.864</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,78% a.a.	6,83% a.a.	950.939	739.249
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$		10,70% a.a.		4.625
		<u>5,78% a.a.</u>	<u>6,85% a.a.</u>	<u>950.939</u>	<u>743.874</u>
Total		<u>6,29% a.a.</u>	<u>7,17% a.a.</u>	<u>1.097.935</u>	<u>829.738</u>
Circulante				<u>(482.035)</u>	<u>(355.347)</u>
Não Circulante				<u>615.900</u>	<u>474.391</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31/12/2020 não existem outras relações de longo prazo com as instituições financeiras, além das descritas nos parágrafos anteriores.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas contratadas.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de covenants financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alguns dos covenants dos empréstimos junto aos bancos Banco do Brasil S.A. e AlmaStone Opportunitie não foram atendidos, mas foram obtidos os waivers.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem covenants financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

- a) Itaú Unibanco e Bradesco:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil:
 - Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) Bunge do Brasil:
 - Liquidez corrente superior a 0,9.

- e) AlmaStone Opportunitie:
 - Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio Líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um fee letter (despesa), em 6 de agosto de 2020, a Companhia repactuou a dívida com o Banco Bradesco mediante a assinatura previsto nos contratos, o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.137 mil, equivalentes a R\$ 78.661 em 31 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020 foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de waiver, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o fee letter. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta waiver.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No atual cenário, não existem limites de linhas de créditos contratados, sendo que as operações de crédito são discutidas caso a caso.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As tabelas abaixo apresentam informações financeiras selecionadas dos três últimos exercícios sociais da Companhia (encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018).

Com o objetivo de proporcionar o melhor entendimento do nosso desempenho, estão sendo apresentadas, na visão da diretoria, somente as principais contas e/ou contas com variações relevantes.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração do Resultado do Exercício	2018	AV 2018	AH 2018 x 2017	2019	AV 2018	AH 2019x 2018	2020	AV 2019	AH 2020 x 2019
RECEITA BRUTA DE VENDAS	877.633	107,2%	23,2%	746.271	125,4%	-15,0%	1.004.989	111,3%	34,7%
(-) Deduções de vendas	(36.065)	-4,4%	8,6%	(27.745)	-4,7%	-23,1%	(33.718)	-3,7%	21,5%
(-) Hedge accounting	(22.646)	-2,8%	6,0%	(123.474)	-20,8%	445,2%	(68.009)	-7,5%	-44,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	818.922	100,0%	24,5%	595.052	100,0%	-27,3%	903.262	100,0%	51,8%
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	300.085	36,6%	116,6%	207.645	34,9%	-30,8%	330.200	36,6%	59,0%
(-) Realização do valor justo dos ativos biológicos	(274.264)	-33,5%	200,7%	(198.082)	-33,3%	-27,8%	(278.948)	-30,9%	40,8%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(632.033)	-77,2%	7,0%	(561.730)	-94,4%	-11,1%	(667.250)	-73,9%	18,8%
RESULTADO BRUTO	212.710	26,0%	85,5%	42.885	7,2%	-79,8%	287.264	31,8%	569,8%
+/- RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(75.902)	-9,3%	14,5%	(73.945)	-12,4%	-2,6%	(38.866)	-4,3%	-47,4%
Despesas com vendas	(22.472)	-2,7%	35,5%	(2.357)	-0,4%	-89,5%	(2.295)	-0,3%	-2,6%
Despesas gerais e administrativas	(44.994)	-5,5%	-10,7%	(41.559)	-7,0%	-7,6%	(42.042)	-4,7%	1,2%
Honorários da administração	(6.611)	-0,8%	-12,4%	(6.779)	-1,1%	2,5%	(6.889)	-0,8%	1,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.825)	-0,2%	-122,2%	(23.250)	-3,9%	1174,0%	12.360	1,4%	-153,2%
RESULTADO OPERACIONAL	136.808	16,7%	182,7%	(31.060)	-5,2%	-122,7%	248.398	27,5%	-899,7%
+/- RESULTADO FINANCEIRO	(103.093)	-12,6%	14,0%	(120.847)	-20,3%	17,2%	(312.205)	-34,6%	158,3%
Receitas financeiras	36.947	4,5%	-27,5%	9.453	1,6%	-74,4%	20.497	2,3%	116,8%
Despesas financeiras	(131.298)	-16,0%	-7,6%	(127.720)	-21,5%	-2,7%	(156.010)	-17,3%	22,2%
Derivativos líquidos	7.428	0,9%	-415,4%	(5.342)	-0,9%	-171,9%	(92.723)	-10,3%	1635,7%
Variações cambiais líquidas	(16.170)	-2,0%	-621,1%	2.762	0,5%	-117,1%	(83.969)	-9,3%	-3140,2%
RESULTADO ANTES DO IR/CS	33.715	4,1%	-180,2%	(151.907)	-25,5%	-550,6%	(63.807)	-7,1%	-58,0%
Impostos sobre a renda e contribuição social (Corrente)	-	0,0%	-	(1.282)	-0,2%	-	-	0,0%	-
Impostos sobre a renda e contribuição social (Diferido)	8.547	1,0%	-82,7%	18.470	3,1%	116,1%	6.959	0,8%	-62,3%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	42.262	5,2%	475,0%	(134.719)	-22,6%	-418,8%	(56.848)	-6,3%	-57,8%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 e 2017

Receita Operacional Líquida: A Receita Operacional Líquida é resultado da Receita Bruta de Vendas e das deduções incidentes sobre ela.

Em 2018, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$ 1,119 bilhão, valor 40,5% superior ante o ano de 2017. A receita líquida dos produtos registrada em 2018 foi R\$ 162,4 milhões superior ao ano de 2017, principalmente em decorrência do aumento em R\$ 145,6 milhões do faturamento do algodão em pluma. A variação cambial das dívidas designadas para hedge accounting no 2018 impactaram negativamente em R\$ 22,6 milhões, contra um impacto negativo de R\$ 21,4 milhões em 2017.

Em 2019, a Receita Operacional Líquida da Companhia totalizou R\$ 595,1 milhões, valor 27,3% inferior ante o ano de 2018. A receita líquida dos produtos vendidos apresentou desempenho 4,2% superior em comparação aos valores registrados em 2018, resultado do (i) menor faturamento de milho da safra 2018/19 em 2019 em comparação aos valores registrados da safra 2017/18 em 2018 decorrente das reduções em 32,2% e 5,2% na área plantada de milho e na

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

produtividade na safra 2018/19 quando comparado à safra 2017/18; (ii) menor faturamento de algodão da safra 2018/19 em 2019 diante do menor estoque de passagem, que nesta safra representou 47,3% da produção total, contra 31,0% da safra 2017/18 e (iii) aumento de operações de revenda de grãos/pluma/insumos, que totalizaram R\$ 158,5 milhões na safra 2018/19, contra R\$ 86,3 milhões da safra 2017/18 registrado em 2018. A variação cambial das dívidas designadas para hedge accounting em 2019 impactaram negativamente em R\$ 123,5 milhões, contra um impacto negativo de R\$ 22,7 milhões em 2018.

Em 2020, a Receita Operacional Líquida da Companhia totalizou R\$ 903,3 milhões, valor 51,8% superior ante o ano de 2019. A receita líquida dos produtos vendidos apresentou desempenho 35,2% superior em comparação aos valores registrados em 2019, resultado do (i) faturamento de algodão em pluma superior em 36% em 2020 quando comparado a 2019, reflexo do estoque de passagem de 18,7 mil toneladas de pluma de algodão da safra 2017/18, quando comparado a um estoque de passagem de 25,5 mil toneladas da safra 2018/19; (ii) recorde de produtividade registrado na cultura da soja da safra 2019/20 que, mesmo com uma área plantada 11,6% inferior à safra 2018/19, totalizou uma produção levemente inferior à safra anterior; (iii) maiores preços de soja e algodão em R\$/tonelada e (iii) maior volume de algodão em pluma e caroço de algodão faturados em 2020 relativo à safra 2019/20, quando comparado ao volume dos mesmos produtos faturado em 2019 em relação à safra 2018/19. A variação cambial das dívidas designadas para hedge accounting em 2020 impactaram negativamente em R\$ 68,0 milhões, contra um impacto negativo de R\$ 123,5 milhões em 2019.

Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produto Agrícola: Com a adoção do CPC 29, os ativos biológicos da Companhia e das suas controladas passaram a ser reconhecidos por seu valor justo, ao invés do custo histórico conforme prática contábil vigente até 2007.

Em 2018, a avaliação do ativo biológico teve um incremento R\$ 196,1 milhões quando comparado a 2017, principalmente pela marcação positiva do algodão de R\$ 240,3 milhões contra a marcação positiva de R\$ 64,2 milhões, diante de uma maior área plantada da cultura, bem como maiores produtividades registradas e preços de mercado superiores ao ano anterior. Já a avaliação dos produtos agrícolas foi negativa em R\$ 29,9 milhões, em comparação com a marcação positiva de R\$ 4,6 milhões em 2017. Essa avaliação negativa deve-se ao fato do preço de mercado na data de mensuração do valor justo dos ativos biológicos ter sido superior aos preços comercializados pela Companhia.

Em 2019, a avaliação do ativo biológico reconhecida na receita apresentou uma queda de 48,5%, passando de uma marcação de R\$ 330,0 milhões em 2018 para uma marcação de R\$ 170,0 milhões em 2019 em decorrência, principalmente, da redução em 54,2% da marcação do ativo biológico do algodão. Já a avaliação dos produtos agrícolas foi positiva em R\$ 37,6 milhões, em comparação com a marcação negativa de R\$ 29,9 milhões em 2018.

Em 2020, a avaliação do ativo biológico reconhecida na receita apresentou um acréscimo de 100,4%, passando de uma marcação de R\$ 170,0 milhões em 2019 para uma marcação de R\$ 341,0 milhões em 2020 em decorrência, (i) do aumento do ativo biológico da soja, impactado pelo aumento do preço em reais por conta da desvalorização cambial ocorrida no período e pela

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

produtividade da safra 2019/20 8,6% superior à registrada na safra 2018/19; e (ii) aumento da marcação do ativo biológico do algodão devido a (ii.a) ao aumento da área plantada da safra 2019/20 em 12%; e (iii.b) aumento da expectativa de resultado da cultura da safra 2019/20 quando comparada com a safra 2018/19. Já a avaliação dos produtos agrícolas foi negativa em R\$ 10,6 milhões, em comparação com a marcação negativa de R\$ 37,6 milhões em 2019.

Custo dos Produtos Vendidos: Essa linha é formada pelos custos de produtos/mercadorias vendidos e realização do valor justo dos ativos biológicos.

Em 2018, houve aumento de 33,0%, passando de R\$ 681,6 milhões em 2017 para R\$ 906,3 milhões em 2018. O aumento da realização do ativo biológico, dentro do grupo de custos, indica uma prévia marcação elevada do ativo biológico no grupo de receitas. Em 2018, o CPV dos Produtos apresentou aumento de 7,0%, equivalente a R\$ 41,5 milhões, e a realização do ativo biológico apropriado ao custo de 200,7%, equivalente a R\$ 183,1 milhões substancialmente impactado pela realização parcial dos ganhos capturados na cultura de algodão da safra 2017/18.

Em 2019, o Custos de Produtos Vendidos da Companhia totalizaram R\$ 889,8 milhões, valor 1,8% inferior ao custo registrado em 2018, em decorrência do aumento do CPV dos Produtos em R\$ 59,7 milhões, compensado parcialmente pela redução da realização do ativo biológico apropriado ao custo em R\$ 76,2 milhões.

Em 2020, os Custos de Produtos Vendidos somaram R\$ 946,2 milhões contra R\$ 759,8 milhões em 2019, em decorrência do aumento do CPV dos Produtos em R\$ 105,5 milhões e pelo aumento da realização do ativo biológico apropriado ao custo em R\$ 80,9 milhões.

Resultado Bruto: O resultado Bruto é impactado diretamente pela Receita líquida de vendas, Custo dos Produtos Vendidos e da marcações e realizações do valor Justo dos Ativos Biológicos.

Em 2018, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 212,7 milhões, com margem bruta de 19,0%, contra um lucro bruto de R\$ 114,7 milhões e margem bruta de 14,4% verificados em 2017, reflexo de melhores margens das culturas de algodão e milho da safra 2017/18 quando comparadas com a safra 2016/17, refletidas nas margens de faturamento e na marcação dos ativos biológicos dessas culturas combinados às boas produtividades, preços de venda em dólares em linha ou acima do orçamento e otimização de custos.

Em 2019, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 42,9 milhões, com margem bruta de 5,3%, contra um lucro bruto de R\$ 212,7 milhões e margem bruta de 19,0%. O resultado bruto de 2019 foi impactado negativamente (i) pelo valor do hedge accounting realizado no período em função da reciclagem do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas e (ii) margens mais apertadas para a cultura do algodão e milho, diante do aumento do custo de produção das culturas.

Em 2020, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 287,3 milhões, com margem bruta de 23,3%, contra um lucro bruto de R\$ 42,9 milhões e margem bruta de 5,3%. O resultado bruto de 2020 foi impactado positivamente (i) pela cultura do algodão através da marcação do ativo biológico decorrente de expectativas positivas de resultado para a essa cultura e (ii) pelo resultado da cultura de soja, que apesar da redução de área plantada, apresentou recorde de produtividade e

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

cujo faturamento foi beneficiado pela desvalorização cambial ocorrida no período de faturamento.

Receitas/Despesas Operacionais

Gerais e Administrativas e com Vendas: As despesas gerais, administrativas e com vendas são compostas pelos gastos gerados com a área administrativa da Companhia, bem como todos os gastos envolvidos na área corporativa da Companhia (pessoal, aluguel, viagens, consultorias, etc.) e despesas com vendas de algodão, onde são alocadas nesta rubrica despesas com fretes, comissões e de natureza portuária.

Em 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 35,1 milhões, contra um valor de R\$ 38,2 milhões em 2017, reflexo principalmente da redução nas despesas com pessoal, que passou de 19,1 milhões em 2017 para 16,7 milhões em 2018. Essa queda deve-se ao esforço contínuo da Companhia na redução de suas despesas corporativas e adequação de seu quadro de pessoal sem perda de eficiência e qualidade.

As despesas com armazenagem totalizaram R\$ 16,5 milhões em 2018, valor 16,5% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido ao menor gasto com a secagem dos grãos e com conservação dos armazéns, quando comparado à igual período do ano anterior.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 22,5 milhões em 2018, valor 35,6% superior aos R\$ 16,6 milhões registrados em 2017. As despesas com vendas da Companhia são compostas por despesas logísticas para levar os produtos, em especial algodão em pluma, até os clientes em operações internas ou para o porto, em operações de exportação. O incremento nas despesas de vendas é substancialmente explicada pelo aumento no volume de exportação de algodão fruto da maior produção da cultura.

Em 2019, as despesas gerais e administrativas apresentaram-se praticamente estáveis em relação ao ano de 2018. Merece destaque ao leve aumento das despesas com pessoal decorrente das indenizações com colaboradores desligados em razão da transferência do escritório corporativo para o município de Cuiabá - MT.

As despesas com armazenagem totalizaram R\$ 10,5 milhões, valor 23,6% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, da redução na área plantada de soja e milho que totalizou 22,9 mil hectares equivalente a 16,5% na safra 2018/19 em comparação a safra 2017/18.

Por fim, as despesas com vendas totalizaram R\$ 2,4 milhões em 2019, Com a mudança da contabilização de despesas de vendas para CPV, esta rubrica contempla majoritariamente as comissões sobre vendas de algodão.

Em 2020, a Companhia registrou despesas operacionais de R\$ 39,0 milhões ante R\$ 73,9 milhões em 2019.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 42,0 milhões em 2020, valor praticamente em linha aos R\$ 41,6 milhões registrados em 2019.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Por fim, as despesas com vendas totalizaram R\$ 2,3 milhões em 2020, contra R\$ 2,4 milhões em 2019. Com a mudança da contabilização de despesas de vendas para CPV, esta rubrica contempla majoritariamente as comissões sobre vendas de algodão.

Outras: Esse grupo inclui as despesas de caráter não recorrente e não diretamente ligadas à atividade operacional da Companhia.

As outras receitas (despesas) operacionais apresentaram resultado negativo de R\$ 23,2 milhões em 2019, em comparação a um valor negativo de R\$ 1,8 milhões em 2018. Os principais impactos foram: (i) reavaliação de prognóstico de recuperabilidade do crédito pelos assessores jurídicos dos ativos da Construção no valor de R\$ 16,2 milhões, sem prejuízo de recuperação posterior, (ii) impairment de tributos no valor de R\$ 3,2 milhões, (iii) impairment do escritório de Nova Mutum - MT disponibilizado para comercialização no valor de R\$ 11,6 milhões.

As outras receitas (despesas) operacionais apresentaram resultado positivo de R\$ 12,4 milhões em 2020, em comparação a um valor negativo de R\$ 23,3 milhões em 2019. Seguem as aberturas nos dois períodos:

Outras receitas (despesas) operacionais	2020	2019
i) Resultado com baixa de estoques sinistrados	8.371	2.681
ii) Impairment (reversão) de recebíveis	2.417	(833)
iii) Impairment (reversão) estoques obsoletos	1.596	(2.148)
iv) Impairment (reversão) imobilizado	-	(11.584)
v) Impairment (reversão) tributos	-	(3.012)
vi) Resultado de venda de ativos	3.402	14.507
vii) Resultado com baixa definitiva ativos e passivos	-	(20.330)
viii) Provisão (reversão) contingências tributárias/trabalhistas	(18.198)	(2.099)
ix) Provisão de passivos omissos	(1.490)	(317)
x) Indébito de FUNRURAL nas exportações	20.210	-
xi) Outros	(3.948)	(114)
Total	12.360	(23.250)

Resultado Operacional: O resultado operacional é consequência direta do comportamento do Resultado Bruto e das despesas Operacionais.

O resultado obtido no ano de 2018 é fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o turnaround operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros. Merece destaque no ano de 2018 as margens positivas registradas em todas as culturas, especialmente o algodão, que tem se mostrado uma cultura rentável.

Em 2019, apresentamos um resultado operacional negativo de R\$ 21,1 milhões reflexo (i) do valor do hedge accounting realizado no período em função da reciclagem do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas, (ii) margens mais apertadas para a cultura do algodão e milho, diante

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

do aumento do custo de produção das culturas e (iii) impairment de ativos e tributos e reavaliação do prognóstico pelos assessores jurídicos do ativo Construtorio.

Em 2020, apresentamos um resultado operacional de R\$ 248,4 milhões devido (i) bons resultados da cultura do algodão através da marcação do ativo biológico decorrente de expectativas positivas de resultado para a essa cultura e (ii) bom resultado da cultura de soja, que apesar da redução de área plantada, apresentou recorde de produtividade.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro da Companhia é composto por três grupos: Receitas Financeiras, Despesas Financeiras e Variação Cambial Líquida.

A análise individual de cada grupo é detalhada abaixo:

- a) Receitas financeiras:** Em 2018, as receitas financeiras atingiram R\$ 36,9 milhões. Esta redução de 27,5% refere-se principalmente a R\$ 25,2 milhões de descontos obtidos à adesão aos programas de regularização tributária (PRT e PERT) registrados no ano de 2017. Se desconsiderarmos esse valor, as receitas financeiras teriam registrado um incremento de 82,6% quando comprada à igual período do ano anterior, destacando-se (i) juros e variações monetárias dos recebíveis da Companhia no valor de R\$ 28,8 milhões e R\$ 6,8 milhões de descontos obtidos. Em 2019, as receitas financeiras atingiram R\$ 9,4 milhões, ante R\$ 36,9 milhões em 2018. Tal redução é explicada, substancialmente, pela liquidação ao final de 2018 da operação com o PESA, que gerava receitas de juros sobre aplicação financeira de R\$ 26,3 milhões em 2018. Em 2020, as receitas financeiras atingiram R\$ 20,5 milhões, ante R\$ 9,4 mil em 2019 diante do aumento da linha de juros ativos em R\$ 12,2 milhões. O aumento nessa linha deveu-se pelo reconhecimento de juros (Selic) de créditos tributários no valor de R\$ 7,9 milhões e juros ativos de fornecedores/clientes no valor de R\$ 4,3 milhões.
- b) Despesas financeiras:** Em 2018, as despesas financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 127,7 milhões, valor 2,7% inferior aos R\$ 131,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, diferença substancialmente representada pelos valores apropriados ao programa de regularização tributária. Desconsiderando os juros do PESA em 2018, a despesa financeira é de R\$ 104,7 milhões. O aumento das despesas financeiras de R\$ 21,7 milhões em 2019 em comparação a 2018 é decorrente de (i) juros sobre arrendamentos, em função da adoção do IFRS16, no valor de R\$ 15,1 milhões não contemplado no exercício anterior, (ii) aumento de AVP sobre fornecedores, no valor de R\$ 3,4 milhões quando comparados os períodos e (iii) e aumento de outras despesas financeiras, no valor de R\$ 5,2 milhões. Em 2020, As despesas financeiras, por vez, totalizaram R\$ 156,0 milhões, valor 22,2% superior aos R\$ 127,7 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, principalmente (i) pelo aumento dos juros passivos e multa mora, no valor de R\$ 19,9 milhões, decorrente de despesas com *fee letter* no valor de R\$ 15,0 milhões e juros passivos de fornecedores/clientes no valor de R\$ 6,5 milhões (ii) aumento das variações monetárias passivas no valor de R\$ 10,5 milhões, provenientes de variação do preço de soja para liquidação de passivos assumidos com credores financeiros (*trading companies*); (iii) aumento dos juros sobre arrendamentos em

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

R\$ 7,7 milhões, decorrentes do maior saldo de passivo de arrendamentos em função do aumento do valor da soja e (iv) redução de despesas com tarifas bancárias e *fees* no valor de R\$ 5,2 milhões.

- c) **Derivativos, líquidos:** Em 2018, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, por sua vez, totalizaram R\$ 7,4 milhões, representado pelos efeitos de NDF e *commodities*. O resultado de derivativos foi negativo em R\$ 5,3 milhão em 2019, comparado com o resultado positivo de R\$ 7,4 milhões verificado em 2018, merecendo destaque as operações de hedge envolvendo a taxa de câmbio (NDF de dólar) e opções de algodão. Em 2020, O resultado de derivativos foi negativo em R\$ 92,7 milhões, comparado com o resultado negativo de R\$ 5,3 milhões verificado em 2019, merecendo destaque as operações de *hedge* envolvendo a taxa de câmbio (NDF de dólar), opções de algodão e de soja.

O objetivo da operação com NDF de dólar é proteger o fluxo de caixa líquido da Companhia diante da apreciação do real, que por sua vez traria um impacto negativo na receita. No período, o dólar variou positivamente chegando à cotação máxima de R\$ 5,77 no período, em dissonância à posição da Companhia que realizou as operações com um dólar médio de R\$ 5,22. Além disso, também registramos impacto negativo com nossa posição vendida em opções de algodão e soja, cujos preços no mercado variaram positivamente, de maneira contrária as posições contratadas. Apesar deste impacto negativo nas operações com derivativos, o impacto na receita compensa esta perda visto que o faturamento ocorreu e ocorrerá em sua grande maioria a uma taxa de câmbio superior.

- d) **Variação cambial, líquida:** A Companhia possui grande parte de suas dívidas bancárias em dólar além de possuir passivos com fornecedores atrelados ao dólar. Vale lembrar que a Companhia possui exposição líquida ao dólar, portanto, qualquer mudança de comportamento do câmbio afeta o resultado financeiro contábil. Entretanto, o efeito da variação cambial não tem impacto direto sobre o caixa da Companhia no curto prazo. Esse valor representa o efeito contábil da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Companhia e será desembolsado por ocasião do vencimento da dívida.
- e) A variação cambial impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 16,2 milhões em 2018, em comparação com o resultado positivo de R\$ 3,1 milhões em 2017, devido à desvalorização do Real no período. A variação cambial impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 4,6 milhões em 2019, em comparação com o resultado negativo em 2018 de R\$ 16,1 milhão. Com a interrupção da designação dos instrumentos para a política de hedge accounting, a variação cambial das novas dívidas financeiras passará a ser computadas dentro de resultado financeiro. A variação cambial impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 84,0 milhões em 2020, sendo R\$ 44,6 milhões de variação cambial operacional e R\$ 39,4 milhões de variação cambial de instrumentos financeiros, em comparação com o resultado positivo de R\$ 2,7 milhões em 2019, sendo R\$ 12,2 milhões negativos de variação cambial operacional e R\$ 14,9 milhões positivos de variação cambial de instrumentos financeiros.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Resultado do Exercício:

Em 2018, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 42,3 milhões ante um lucro líquido de R\$ 7,3 milhões em 2017.

O resultado obtido no ano de 2018 é fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o turnaround operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros. Merece destaque no ano de 2018 as margens positivas registradas em todas as culturas, especialmente o algodão, que tem se mostrado uma cultura rentável.

Em 2019, o prejuízo líquido totaliza R\$ 134,7 milhões contra um lucro líquido de R\$ 42,3 milhões registrado em 2018.

Conforme já mencionado na rubrica Lucro Bruto, o resultado líquido da Companhia foi impactado negativamente (i) pelo valor do hedge accounting realizado no período em função da reciclagem do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas; (ii) margens mais apertadas para a cultura do algodão e milho, diante do aumento do custo de produção das culturas e (iii) impairment de ativos e tributos e reavaliação do prognóstico pelos assessores jurídicos do ativo Construtorio.

Em 2020, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 56,8 milhões contra um prejuízo de R\$ 134,7 milhões registrado em 2019. Essa diferença de R\$ 77,9 milhões no resultado líquido decorre, principalmente:

- (i) melhora do resultado operacional em R\$ 244,4 milhões quando comparado ao ano de 2019, reflexo (a) do melhor resultado operacional das culturas de soja e algodão da safra 2019/20 quando comparado ao resultado das mesmas culturas na safra 2018/19 e (b) variação positiva de R\$ 55,4 milhões na reciclagem da variação cambial (*hedge accounting*), comparando o ano de 2020 com o ano de 2019;
- (ii) piora do resultado financeiro em R\$ 191,4 milhões em 2020 quando comparado a 2019, motivado por R\$ 171,1 milhões de diferença negativa decorrente da desvalorização do câmbio (variação cambial e resultado negativo de derivativos);
- (iii) Diminuição do IRPJ/CSLL (diferido) em R\$ 10,2 milhões em 2020 em relação a 2019. Materialmente, essa movimentação de IR decorre de diferenças temporárias provisionadas no balanço patrimonial, que serão realizadas em períodos futuros. A Companhia não vem registrando efeitos positivos de IRPJ e CSLL diferidos sobre aumento de saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO	2020	AV 2020	2019	AV 2019	2018	AV 2018	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	82.804	2,8%	50.357	2,0%	30.677	1,3%	64,4%	64,2%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	18.990	0,7%	6.160	0,2%	17.111	0,7%	208,3%	-64,0%
Títulos a receber	6.075	0,2%	11.147	0,4%	20.571	0,9%	-45,5%	-45,8%
Instrumentos financeiros derivativos	17.223	0,6%	-	0,0%	2.647	0,1%	0,0%	-100,0%
Estoques	610.230	21,0%	393.755	15,8%	339.835	14,6%	55,0%	15,9%
Ativos biológicos	209.843	7,2%	213.573	8,6%	225.252	9,7%	-1,7%	-5,2%
Tributos a recuperar	35.118	1,2%	39.623	1,6%	16.841	0,7%	-11,4%	135,3%
Despesas antecipadas	6.207	0,2%	580	0,0%	658	0,03%	970,2%	-11,9%
Outros ativos	24.254	0,8%	3.254	0,1%	1.448	0,1%	645,4%	124,7%
Ativos mantidos para venda	-	0,0%	10.170	0,4%	2.934	0,1%	-100,0%	246,6%
Ativo circulante	1.010.744	34,7%	728.619	29,3%	657.974	28,3%	38,7%	10,7%
Não circulante								
Títulos a receber	13.026	0,4%	3.579	0,1%	9.833	0,4%	264,0%	-63,6%
Tributos a recuperar	54.786	1,9%	52.581	2,1%	91.204	3,9%	4,2%	-42,3%
Tributos diferidos	241.525	8,3%	215.486	8,7%	186.538	8,0%	12,1%	15,5%
Depósitos judiciais	6.033	0,2%	5.555	0,2%	21.998	0,9%	8,6%	-74,7%
Outros ativos	15.283	0,5%	15.537	0,6%	15.420	0,7%	-1,6%	0,8%
Ativo realizável a longo prazo	330.653	11,4%	292.738	11,8%	324.993	14,0%	13,0%	-9,9%
Propriedade para investimentos	13.498	0,5%	4.190	0,2%	4.717	0,2%	222,1%	-11,2%
Direitos de uso dos ativos	291.357	10,0%	193.134	7,8%	-	0,0%	50,9%	0,0%
Imobilizado	986.440	33,9%	993.451	39,9%	1.060.842	45,6%	-0,7%	-6,4%
Intangível	276.913	9,5%	276.445	11,1%	276.483	11,9%	0,2%	0,0%
Ativo não circulante	1.898.861	65,3%	1.759.958	70,7%	1.667.035	71,7%	7,9%	5,6%
Total do Ativo	2.909.605	100,0%	2.488.577	100,0%	2.325.009	100,0%	16,9%	7,0%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS (ATIVO) EM 31 DE DEZEMBRO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (2018, 2019 E 2020)

ATIVO CIRCULANTE:

Em 31 de dezembro de 2020, 94,7% do Ativo Circulante da Companhia era representado pelas contas de estoques (60,4%), ativos biológicos (20,8%) e caixas e equivalentes de caixa (13,6%).

Em 31 de dezembro de 2019, 88,8% do Ativo Circulante da Companhia era representado pelas contas de estoques (50,4%), ativos biológicos (29,3%) e tributos a recuperar (5,4%).

Em 31 de dezembro de 2018, 88,4% do Ativo Circulante da Companhia era representado pelas contas de estoques (51,6%), ativos biológicos (34,2%) e tributos a recuperar (2,6%).

Abaixo descrevemos as principais contas que compõem o ativo circulante da Companhia

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Bancos em moeda nacional	50.140	28.512	8.811
Bancos em moeda estrangeira	32.308	21.845	21.749
Aplicações financeiras	356	-	117
	<u>82.804</u>	<u>50.357</u>	<u>30.677</u>

Em 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 30,7 milhões, equivalente a 1,3% do ativo total, aumento de 190,5% em comparação com o saldo do ano anterior, em função (i) da geração de R\$ 53,0 milhões em atividades operacionais; e (ii) aplicação de R\$ 33,4 milhões em atividades de financiamento (diferença entre captações e pagamentos de principal de financiamentos).

Em 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 50,4 milhões, equivalente a 2,0% do ativo total, aumento de 64,2% em comparação com o saldo do ano anterior, em razão (i) da geração de R\$ 94,7 milhões em atividades operacionais; (ii) entrada de R\$ 50,3 milhões de aumento de capital dos acionistas; e (iii) aplicação de R\$ 125,0 milhões em atividades de financiamento (diferença entre captações e pagamentos de principal de financiamentos e pagamentos de passivos de arrendamentos).

Em 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 82,8 milhões, equivalente a 2,8% do ativo total, aumento de 64,4% em comparação com o saldo do ano anterior, em razão da movimentação no canal bancário da conta Itaú Nassau, o valor ficou alocado no caixa em 2020 e será destinado à liquidação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 32 milhões.

Contas a receber de clientes:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Cientes em moeda nacional	3.650	2.939	3.744
Cientes em moeda estrangeira	16.235	5.293	13.684
	19.885	8.232	17.428
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(895)	(2.072)	(317)
	<u>18.990</u>	<u>6.160</u>	<u>17.111</u>

Em 2018, o saldo de contas a receber de clientes era de R\$ 17,1 milhões, equivalente a 0,7% do ativo total, aumento de 34,5% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente representado pela apreciação do dólar no exercício corrente.

Em 2019, o saldo de contas a receber de clientes era de R\$ 6,1 milhões, equivalente a 0,2% do ativo total, queda de 64,0% em comparação com o saldo do ano anterior, principalmente pelo

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

fato de não ter ocorrido faturamento soja em dezembro de 2019, como ocorreu em 2018, em razão do atraso na colheita que se iniciou apenas no início de 2020.

Em 2020, o saldo de contas a receber de clientes era de R\$ 19,0 milhões, equivalente a 0,7% do ativo total, aumento de 208,3% em comparação com o saldo do ano anterior, principalmente pela exportação de pluma de algodão no valor de R\$ 10,9 milhões e reversão de perdas estimadas no montante de R\$ 1,1 milhões.

Títulos a receber:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Por venda de ativo fixo	10.401	18.770	10.516
Por venda da fábrica de óleo	-	-	13.800
Por venda de unidades industriais	-	2.052	6.921
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.936	3.531	4.726
Crédito com parceiros agrícolas	-	65	618
Outros créditos	12.371	493	380
(-) Ajuste a valor presente	(175)	(513)	(191)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.432)	(9.672)	(6.366)
	<u>19.101</u>	<u>14.726</u>	<u>30.404</u>
Circulante	<u>6.075</u>	<u>11.147</u>	<u>20.571</u>
Não circulante	<u><u>13.026</u></u>	<u><u>3.579</u></u>	<u><u>9.833</u></u>

Em 2018, o saldo de títulos a receber (circulante e não circulante) era de R\$ 30,4 milhões, equivalente a 1,3% do ativo total, redução de 19,0% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, substancialmente impactada pelos recebimentos das parcelas mensais da Camera Agroalimentos S.A.

Em 2019, o saldo de títulos a receber (circulante e não circulante) era de R\$ 14,7 milhões, equivalente a 0,4% do ativo total, redução de 45,8% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de recebimentos de imobilizados comercializados.

Em 2020, o saldo de títulos a receber (circulante e não circulante) era de R\$ 19,1 milhões, equivalente a 0,2% do ativo total, incremento de 29,7% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de recebimentos de imobilizados comercializados e outros créditos no valor de R\$ 11 milhões referente a indenização que foi registrada devido ocorrência de sinistro causado pelo incêndio na algodoeira Deciolândia (MT).

Estoques:

Os estoques da Companhia são formados substancialmente por produtos agrícolas, sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros.

Em 2018, o valor dos estoques era de R\$ 339,8 milhões, equivalente a 14,6% dos ativos totais, superior 31,2% e 25,8% ao saldo apresentado em 2017 e em 2016, respectivamente.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Natureza	Quantidade (t)	Valor em R\$ mil	VRL	Un. Medida
Produtos agrícolas		122.107		
Soja	4.022	4.241	63,27	por saca
Milho	2.084	575	16,55	por saca
Algodão em caroço	825	2.066	2.504	por tonelada
Pluma	17.318	110.039	6.354	por tonelada
Fibrilha	530	530	1.000	por tonelada
Caroço	4.555	1.433	315	por tonelada
Outros	1.393	3.223		
Insumos e outros:		217.728		
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas		177.146		
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição		6.327		
Adiantamentos a fornecedores		1.071		
Gastos de manutenção nas entressafras		29.395		
Outros estoques		4.513		
(-) Provisão para <i>impairment</i>		(724)		
Total	30.727	339.835		

Em 2019, o valor dos estoques era de R\$ 393,7 milhões, equivalente a 15,8% dos ativos totais, superior 15,9% e 52,0 % ao saldo apresentado em 2018 e em 2017, respectivamente.

Natureza	Quantidade (t)	Valor em R\$ mil	VRL	Un. Medida
Produtos agrícolas		210.295		
Soja	65	88	81	por saca
Milho	2	1	29	por saca
Algodão em caroço	5.503	13.260	2.409	por tonelada
Pluma	28.319	167.305	5.908	por tonelada
Fibrilha	531	550	1.037	por tonelada
Caroço	6.535	2.396	367	por tonelada
Outros	9	372		
Custo de formação - Soja		15		
Custo de formação - Milho		12.023		
Custo de formação - Algodão		14.076		
Custo de formação - Outros		209		
Insumos e outros:		183.460		
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas		164.386		
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição		6.859		
Adiantamentos a fornecedores		3.935		
Outros estoques		11.151		
(-) Provisão para <i>impairment</i>		(2.871)		
Total	40.964	393.755		

Comparativamente ao exercício anterior, os saldos de pluma de algodão são maiores, em função maior estoque de passagem em relação ao exercício anterior.

Em 2020, o valor dos estoques era de R\$ 610,2 milhões, equivalente a 21,0% dos ativos totais, superior 55,0% ao saldo apresentado em 2019

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Natureza	Quantidade (t)	Valor em R\$ mil	VRL	Un. Medida
Produtos agrícolas		302.568		
Soja	47	81	103	por saca
Milho	127	118	56	por saca
Algodão em caroço	19.580	68.857	3.517	por tonelada
Pluma	25.978	190.446	7.331	por tonelada
Fibrilha	103	103	1.000	por tonelada
Caroço	1.361	1.589	1.168	por tonelada
Outros		14.890		
Custo de formação - Soja		0		
Custo de formação - Milho		7.375		
Custo de formação - Algodão		18.947		
Custo de formação - Outros		162		
Insumos e outros:		307.662		
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas		270.976		
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição		6.293		
Gastos de manutenção nas entressafras		12.819		
Outros estoques		18.850		
(-) Provisão para <i>impairment</i>		(1.276)		
Total	47.196	610.230		

Comparativamente ao exercício anterior, os principais fatores para o aumento no estoque no período foram: (i) Aumento de quantidade de produto agrícola com maior preço; (ii) Aumento do valor realizável líquido em razão do maior preço de mercado e; (iii) Aumento no preço de insumos (sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas) .

Ativos Biológicos:

Essa conta registra o valor das lavouras em formação da Companhia, substancialmente representadas pela cultura da soja, milho e algodão.

Em 2018, o montante era de R\$ 225,3 milhões, equivalente a 9,7% do ativo total.

Cultura	Área Plantada (há)	Área a colher (há)	Saldo em R\$ mil
Soja	91.063	88.452	211.292
Algodão	2.379		13.653
Outros			308
Total	93.442	88.452	225.253

Em 2019, o montante era de R\$ 213,5 milhões, equivalente a 8,6% do ativo total, saldo 5,2% menor do apresentado em 2018 e superior em 5,4% em 2017.

Cultura	Área Plantada (há)	Área a colher (há)	Saldo em R\$ mil
Soja	80.526	80.526	205.282
Algodão			860
Outros			7.431
Total	80.526	80.526	213.573

Em 2020, o montante era de R\$ 209,8 milhões, equivalente a 7,2% do ativo total, saldo 1,7% menor do apresentado em 2019, devido a combinação de alguns fatores na cultura da soja: (a) redução da área plantada em 13.732 hectares, custo da lavoura aumentou 15MM; (b) Aumento da depreciação de direito de uso em 6MM, devido a alta no preço da saca de soja.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Cultura	Área Plantada (há)	Área a colher (há)	Saldo em R\$ mil
Soja	56.045	56.045	211.292
Algodão			13.653
Outros			307
Total	56.045	56.045	225.252

Tributos a recuperar:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
PIS	9.199	10.601	13.479
COFINS	41.600	67.274	78.590
IRPJ/IRRF	11.344	9.783	7.273
CSLL	430	428	426
ICMS	1	5	4.298
FUNRURAL	23.212		
Outros tributos	4.118	4.113	3.979
	<u>89.904</u>	<u>92.204</u>	<u>108.045</u>
Circulante	<u>35.118</u>	<u>39.623</u>	<u>16.841</u>
Não circulante	<u>54.786</u>	<u>52.581</u>	<u>91.204</u>

Em 2018, o saldo de tributos a recuperar (circulante e não circulante) era de R\$ 108,0 milhões, equivalente a 4,6% do ativo total, aumento de 1,1% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente impactado pela reversão parcial da provisão para perdas de tributos no montante de R\$ 4,4 milhões e pelas alterações legislativas ocorridas em 2018, que trouxeram permissão legal para compensação cruzada de créditos tributários de natureza fazendária com débitos previdenciários.

Em 2019, o saldo de tributos a recuperar (circulante e não circulante) era de R\$ 92,2 milhões, equivalente a 3,7% do ativo total, queda de 14,7% em comparação com o saldo do ano anterior. A redução do saldo quando comparado ao ano de 2018 se deve, principalmente, pela utilização dos créditos de tributos federais com débitos previdenciários, que foi possibilitado pela entrada em vigor da Lei 13.670/2018. Com isso, a empresa vem conseguindo dar maior liquidez aos seus créditos tributários.

Em 2020, o saldo de tributos a recuperar (circulante e não circulante) era de R\$ 89,9 milhões, equivalente a 3,1% do ativo total, queda de 2,4% em comparação com o saldo do ano anterior. A redução do saldo quando comparado ao ano de 2019 se deve a três fatores: (i) recebimento (ressarcimento) de Pis/Cofins no montante de R\$ 17 milhões; (ii) Utilização de crédito tributário de Pis/Cofins para compensação de tributos federais no montante de R\$ 8 milhões; e (iii) reconhecimento de R\$ 23,2 milhões de FUNRURAL a recuperar referente pagamento a maior em vendas com fim específico de exportação.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Despesas antecipadas:

Trata-se do saldo de prêmios de seguros a ser apropriado ao resultado conforme transcorrido o período de vigência e saldo de exatidão da correção de solo das controladas que fica represada no ativo, aguardando a colheita e a partilha da produção para a atribuição de custo e a transferência para estoque de produtos.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Seguros a apropriar	5.375	419	510
Outros ativos	832	161	148
	<u>6.207</u>	<u>580</u>	<u>658</u>

Em 2018, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 0,7 milhão, equivalente a 0,03% do ativo total.

Em 2019, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 0,6 milhão, equivalente a 0,02% do ativo total, redução de 11,9% 86,1,6% em comparação com 2018 e 2019, respectivamente.

Em 2020, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 6,2 milhões, equivalente a 0,2% do ativo total, aumento de 970,2% em comparação com 2019, referente a renovação de cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 5,4 milhões.

Outros ativos:

Essa conta é composta, principalmente, por pagamento antecipado de arrendamentos a terceiros, substancialmente representados pelo arrendamento antecipado na Unidade Ribeiro do Céu à FWA Empreendimentos e Participações S/A (ex-parte relacionada da Companhia).

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Adiantamento de arrendamento	14.276	14.276	14.276
Adiantamento a fornecedores	24.254	6.573	1.050
Outros créditos	1.007	1.878	1.542
	<u>39.537</u>	<u>22.727</u>	<u>16.868</u>
Circulante	<u>24.254</u>	<u>7.190</u>	<u>1.448</u>
Não circulante	<u>15.283</u>	<u>15.537</u>	<u>15.420</u>

Em 2018, o saldo de outros ativos era (circulante e não circulante) de R\$ 16,9 milhões, equivalente a 0,8% do ativo total.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2019, o saldo de outros ativos era (circulante e não circulante) de R\$ 18,8 milhões, equivalente a 0,8% do ativo total, aumento de 11,4% e 23,2% em comparação com 2018 e 2017, respectivamente.

Em 2020, o saldo de outros ativos era (circulante e não circulante) de R\$ 39,6 milhões, equivalente a 1,4% do ativo total, aumento de 110% em comparação com 2019, referente a adiantamento de fornecedores de insumos no valor de R\$ 16,8 milhões.

Ativos mantidos para a venda:

Em 2018, o saldo de ativos mantidos para a venda era de R\$ 2,9 milhões e refere-se substancialmente ao complexo algodoeiro de Roda Velha, composto por terreno, construções civis e máquinas de beneficiamento de algodão.

Em 2019, o saldo de ativos mantidos para a venda era de R\$ 10,2 milhões e refere-se substancialmente a transferência do escritório corporativo de Nova Mutum como disponível para venda.

Em 2020, não havia saldo de ativos mantidos para a venda.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Esse grupo inclui os ativos da Companhia cujo prazo esperado para realização é superior a 12 meses e todos os ativos fixos da Companhia.

Em 2018, o ativo não circulante totalizou R\$ 1.667,0 mil, valor 1,1% inferior ao registrado no ano anterior, equivalente a 71,7% dos ativos totais.

Em 2019, o ativo não circulante totalizou R\$ 1.760,0 mil, valor 5,6% superior ao registrado no ano anterior, equivalente a 70,7% dos ativos totais.

Em 2020, o ativo não circulante totalizou R\$ 1.898,9 mil, valor 7,9% superior ao registrado no ano anterior, equivalente a 65,3% dos ativos totais.

Abaixo descrevemos as principais contas que compõem o ativo não circulante da Companhia.

Títulos a receber: Justificativa apresentada no tópico “Ativo Circulante”.

Tributos diferidos:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Natureza por entidade legal	2020	2019	2018
Créditos tributários sobre:			
Prejuízos fiscais acumulados	270.570	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	97.404	97.404	97.404
Diferenças temporárias:			
Provisão para <i>impairment</i>	9.167	10.898	4.176
Provisão para contingências	14.353	7.651	9.365
Ajuste a valor presente de recebíveis de longo prazo	6.741	5.535	3.705
Instrumentos financeiros derivativos	17.600	4.653	443
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	3.260
Outras provisões temporárias	9.390	4.222	2.738
	<u>426.923</u>	<u>402.631</u>	<u>391.661</u>
Débitos tributários sobre:			
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(44.263)	(30.675)	(28.366)
Custo atribuído	(127.912)	(129.431)	(143.288)
Ajuste a valor presente	(4.359)	(3.056)	(2.446)
Arrendamento	(1.794)	(2.533)	
Amortização ágio (lucros futuros)	(93.665)	(93.665)	(93.665)
Outras provisões temporárias	(4.700)		(93.665)
	<u>(276.693)</u>	<u>(259.360)</u>	<u>(361.430)</u>
Total líquido	<u>150.230</u>	<u>143.271</u>	<u>30.231</u>

Os tributos diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social.

Em 2018, o saldo de tributos diferidos no ativo era de R\$ 186,5 milhões (equivalente a 8,0% do ativo total) e R\$ 62,6 milhões no passivo (equivalente a 2,7% do ativo total), representando um saldo líquido ativo de R\$ 123,9 milhões. A variação foi positiva em R\$ 1,0 milhão no saldo líquido é derivada sobre diferenças temporárias, sendo as mais relevantes: (i) a variação negativa de R\$ 8,1 milhões sobre a variação de valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, (ii) a variação de R\$ 18,7 milhões sobre amortização de ágio; (iii) a variação positiva de R\$ 23,2 milhões sobre o saldo de *hedge accounting* e variação cambial de contas a pagar/receber; (iv) variação positiva no montante de R\$ 3,4 milhões sobre custo atribuído e; (v) a variação positiva em outras bases temporárias no montante de R\$ 1,3 milhão.

Em 2019, o saldo de tributos diferidos no ativo era de R\$ 215,5 milhões (equivalente a 8,7% do ativo total) e R\$ 72,2 milhões no passivo (equivalente a 2,9% do passivo total), representando um saldo líquido ativo de R\$ 143,3 milhões. A variação foi positiva em R\$ 19,4 milhões no saldo líquido é derivada sobre diferenças temporárias, sendo as mais relevantes: (i) variação positiva de custo atribuído de ativos, no valor de R\$ 13,9 milhões; e (ii) variação positiva de R\$ 6,5 milhões sobre provisões diversas.

Ao final do exercício de 2019, a Companhia efetuou avaliações acerca da capacidade de realização dos ativos provenientes de créditos tributários diferidos e estimamos que os valores constituídos no ativo serão recuperados em horizonte não superior a 8 anos.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2020, o saldo de tributos diferidos no ativo era de R\$ 241,4 milhões (equivalente a 8,3% do ativo total) e R\$ 91,3 milhões no passivo (equivalente a 3,1% do passivo total), representando um saldo líquido ativo de R\$ 150,2 milhões. A variação foi positiva em R\$ 6,9 milhões no saldo líquido é derivada sobre diferenças temporárias, sendo as mais relevantes: (i) variação positiva de instrumentos derivativos, no valor de R\$ 12,9 milhões; e (ii) variação negativa de R\$ 6,1 milhões sobre provisões diversas.

Depósitos judiciais:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Trabalhistas	3.479	3.008	1.484
Tributárias	2.553	2.514	1.717
Cíveis	-	33	18.797
	<u>6.032</u>	<u>5.555</u>	<u>21.998</u>

Essa conta registra valores de depósitos judiciais de causas em discussão pela Companhia.

Em 2018, o saldo é representado por depósitos de causas trabalhistas em que a Companhia é demandada, no valor de R\$ 1,5 milhão, causas tributárias em que a Companhia é demandante, no valor de R\$ 1,7 milhão e causa cível na aquisição de terras em que a Companhia é demandante, no valor de R\$ 18,8 milhões.

Em 2019, o saldo é representado por depósitos de causas trabalhistas em que a Companhia é demandada, no valor de R\$ 3,0 milhões, causas tributárias em que a Companhia é demandante, no valor de R\$ 2,5 milhões e causa cível na aquisição de terras em que a Companhia é demandante, no valor de R\$ 0,03 milhão. A variação do saldo de 2018 para 2019 é decorrente do levantamento de um depósito judicial, no valor de R\$ 17,8 milhões, em função do encerramento de uma demanda judicial de terras.

Em 2020, o saldo é representado por depósitos de causas trabalhistas em que a Companhia é demandada, no valor de R\$ 3,5 milhões e causas tributárias em que a Companhia é demandante, no valor de R\$ 2,6 milhões. A variação do saldo de 2019 para 2020 é decorrente de atualização monetária sobre os valores depositados e bloqueio judicial de causas trabalhistas.

Outros ativos: Justificativa apresentada no tópico “Ativo Circulante”.

Propriedades para investimento:

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2018, a Companhia contratou avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo da propriedade para investimento, estimado em R\$ 4,7 milhões. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso e uma perda por *impairment* no montante de R\$ 2,6 milhões foi reconhecida, resultando no alinhamento do valor contábil para seu valor recuperável. Assim, o saldo de propriedades para investimentos era de R\$ 4,7 milhões e representava 0,2% do ativo total.

Em 2020, o saldo de propriedade para investimento era de R\$ 13,5 milhões, contra R\$(em R\$ 4,2 milhões em 2019).

Direito de uso dos ativos:

Desde o ano de 2019, em função da entrada em vigor da normativa contábil CPC 06 (R2), também conhecido como IFRS16, a companhia passou a reconhecer ativos de direito de uso de bens arrendados operacionalmente. O valor da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 foi de R\$ 186,5 milhões, representado principalmente por terras para exploração (R\$ 183,8 milhões), veículos (R\$ 2,3 milhões) e imóveis (R\$ 0,4 milhão). Em 2019, o saldo de direito de uso de ativos era de R\$ 193,1 milhões, representado por terras para exploração (R\$ 191,0 milhões), veículos (R\$ 1,1 milhão) e imóveis (R\$ 1,0 milhão).

Em 2020, o saldo de direito de uso de ativos era de R\$ 291,4 milhões, representado por terras para exploração (R\$ 289,0 milhões) e imóveis (R\$ 2,4 milhões). Aumento substancialmente representado pela alta do preço da saca de soja e adições de novos contratos de terras para exploração e imóveis.

Imobilizado:

Inclui todos os ativos da Companhia como terras de exploração, benfeitorias, prédios operacionais, equipamentos agrícolas, veículos, dentre outros.

Em 2018, o saldo de imobilizado era de R\$ 1.060,9 milhões, equivalente a 45,7% do ativo total, redução de 2,9% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de (i) investimentos em imobilizado no valor de R\$ 20,4 milhões; (ii) depreciação de R\$ 36,7 milhões; (iii) destinação de ativos para venda no valor de R\$ 2,9 milhões; e (iv) baixas por venda de ativos no valor de R\$ 12,8 milhões.

Em 2019, o saldo de imobilizado era de R\$ 993,4 milhões, equivalente a 39,9% do ativo total, redução de 6,4% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de (i) investimentos em imobilizado no valor de R\$ 29,1 milhões; (ii) depreciação de R\$ 35,6 milhões; (iii) destinação de ativos para venda no valor de R\$ 10,2 milhões; e (iv) baixas por venda de ativos e ajustes/*impairment*, no valor de R\$ 50,4 milhões.

Em 2020, o saldo de imobilizado era de R\$ 986,4 milhões, equivalente a 33,9% do ativo total, redução de 0,7% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de (i) investimentos em imobilizado no valor de R\$ 30,6 milhões; (ii) depreciação de R\$ 33,7 milhões; (iii) destinação de

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ativos para formação de biológico do Eucalipto R\$ 1,7 milhões; e (iv) baixas por venda de ativos e ajustes/*impairment*, no valor de R\$ 24,7 milhões.

Intangível:

Representado pelos direitos de uso de software, ágio (*goodwill*) das incorporações da Maeda S.A. Agroindustrial e Vanguarda Participações, bem como pela expectativa de rentabilidade dos contratos de arrendamento das subsidiárias mencionadas acima.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Direitos de uso de <i>softwares</i>	1.255	787	825
Outros intangíveis	174	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>276.913</u>	<u>276.445</u>	<u>276.483</u>

Em 2018, o saldo de intangível era de R\$ 276,5 milhões, equivalente a 11,9% do ativo total, redução de 1,4% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente em função da amortização de R\$ 3,7 milhões pela amortização de ágio de expectativa de rentabilidade dos contratos de arrendamento da Maeda e Vanguarda Participações.

Em 2019, o saldo de intangível era de R\$ 276,4 milhões, equivalente a 11,1% do ativo total, redução de 0,01% em comparação com o saldo do ano anterior.

Em 2020, o saldo de intangível era de R\$ 276,9 milhões, equivalente a 9,5% do ativo total, redução de 0,2% em comparação com o saldo do ano anterior.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

PASSIVO	2020	AV 2020	2019	AV 2019	2018	AV 2018	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
Circulante								
Salários e contribuições sociais	7.947	0,3%	6.698	0,3%	8.557	0,4%	18,6%	-21,7%
Fornecedores	290.452	10,0%	159.337	6,4%	192.461	8,3%	82,3%	-17,2%
Arrendamentos a pagar	52.389	1,8%	30.354	1,2%	13.251	0,6%	72,6%	129,1%
Tributos a recolher	9.786	0,3%	11.007	0,4%	11.069	0,5%	-11,1%	-0,6%
Empréstimos e financiamentos	482.035	16,6%	355.347	14,3%	319.781	13,8%	35,7%	11,1%
Tributos parcelados	7.369	0,3%	6.900	0,3%	6.943	0,3%	6,8%	-0,6%
Adiantamentos de clientes	189.020	6,5%	195.653	7,9%	146.695	6,3%	-3,4%	33,4%
Instrumentos financeiros derivativos	57.334	2,0%	13.686	0,5%	3.951	0,2%	318,9%	246,4%
Dívida com a União - PESA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Títulos a pagar	5.415	0,2%	7.876	0,3%	7.426	0,3%	-31,2%	6,1%
Passivo circulante	1.101.747	37,9%	786.858	27,0%	710.134	30,5%	40,0%	10,8%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	615.900	21,2%	474.391	19,1%	562.974	24,2%	29,8%	-15,7%
Arrendamentos a pagar	273.323	9,4%	171.793	6,9%	-	0,0%	59,1%	0,0%
Tributos parcelados	12.124	0,4%	17.501	0,7%	21.665	0,9%	-30,7%	-19,2%
Títulos a pagar	1.467	0,1%	2.807	0,1%	2.959	0,1%	-47,7%	-5,1%
Tributos diferidos	91.295	3,1%	72.215	2,9%	62.642	2,7%	26,4%	15,3%
Provisão para demandas judiciais	29.023	1,0%	19.993	0,8%	24.630	1,1%	45,2%	-18,8%
Passivo não circulante	1.023.132	35,2%	758.700	30,5%	674.870	29,0%	51,6%	12,4%
Total do Passivo	2.124.879	73,0%	1.545.558	62,1%	1.385.004	59,6%	53,4%	11,6%
Patrimônio líquido								
Capital Social	2.759.721	94,8%	2.757.844	110,8%	2.707.502	116,5%	0,1%	1,9%
Reservas de capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(124.807)	-4,3%	(21.485)	-0,9%	(108.876)	-4,7%	480,9%	-80,3%
Prejuízos acumulados	(1.850.188)	-63,6%	(1.793.340)	-72,1%	(1.658.621)	-71,3%	3,2%	8,1%
Total do patrimônio líquido	784.726	27,0%	943.019	37,9%	940.005	40,4%	-16,8%	0,3%
Total do Passivo e Patrimônio líquido	2.909.605	100,0%	2.488.577	100,0%	2.325.009	100,0%	25,1%	7,0%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS (PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO) EM 31 DE DEZEMBRO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (2018, 2019 E 2020)

PASSIVO CIRCULANTE:

Grupo composto pelas obrigações que normalmente são pagas ou liquidadas dentro de um ano: contas a pagar, dívidas com fornecedores de insumos, impostos a recolher, empréstimos bancários com vencimento nos próximos 12 meses e demais contas a pagar e provisões. No caso da Companhia, o passivo circulante é representado, principalmente, por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 2018, o saldo do passivo circulante era de R\$ 710,1 milhões, equivalente a 30,5% do passivo total, aumento de 20,7% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, principalmente, do aumento do saldo de fornecedores e empréstimos e financiamentos de curto prazo, conforme detalhado nas contas específicas.

Em 2019, o saldo do passivo circulante era de R\$ 786,9 milhões, equivalente a 31,6% do passivo total, aumento de 10,8% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, principalmente, do aumento do saldo de fornecedores e empréstimos e financiamentos de curto prazo, conforme detalhado nas contas específicas.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2020, o saldo do passivo circulante era de R\$ 1,1 bilhão, equivalente a 37,9% do passivo total, aumento de 40,0% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, principalmente, do aumento do saldo de fornecedores, arrendamentos a pagar e empréstimos e financiamentos de curto prazo, conforme detalhado nas contas específicas

Abaixo são apresentadas as principais contas desse grupo:

Salários e contribuições sociais:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Salários	1.367	51	1.209
Provisões (13 ^o /Férias)	5.148	5.206	5.346
Pró-labore/Honorários conselheiros	-	821	647
Contribuições a recolher (FGTS/INSS)	1.432	620	1.355
	<u>7.947</u>	<u>6.698</u>	<u>8.557</u>

Em 2018, o saldo de salários e contribuições sociais era de R\$ 8,6 milhões, equivalente a 0,4% do passivo total, redução de 25,2% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente representado pela regularização das contribuições patronais e tributos retidos de funcionários ocorridos entre o final de 2017 e início de 2018.

Em 2019, o saldo de salários e contribuições sociais era de R\$ 6,7 milhões, equivalente a 0,3% do passivo total, redução de 21,7% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente representado pela reestruturação do escritório corporativo decorrente da mudança para Cuiabá, em que vários colaboradores entraram no programa de demissão voluntária no segundo semestre de 2019.

Em 2020, o saldo de salários e contribuições sociais era de R\$ 7,9 milhões, equivalente a 0,3% do passivo total, aumento de 18,6% em comparação com o saldo do ano anterior, substancialmente representado pelo reajuste salarial do exercício e adequação do corpo diretivo.

Fornecedores:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
De insumos agrícolas			
Em moeda estrangeira	249.371	136.143	140.602
(-) Ajuste a valor presente	(11.708)	(8.153)	(6.958)
Em moeda nacional	37.813	17.864	44.376
(-) Ajuste a valor presente	(1.111)	(836)	(237)
Diversos - em moeda nacional	<u>16.087</u>	<u>14.319</u>	<u>14.678</u>
	290.452	159.337	192.461
Circulante	<u>290.452</u>	<u>159.337</u>	<u>192.461</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2018, o saldo de fornecedores (circulante e não circulante) era de R\$ 192,5 milhões e representava 8,3% do passivo total, em função, principalmente, da aquisição de sementes a prazo em moeda nacional.

Em 2019, o saldo de fornecedores (circulante e não circulante) era de R\$ 159,3 milhões e representava 6,4% do passivo total, em função, principalmente, da redução do valor fornecedores de sementes e, comparativamente a 2018, havia mais insumos a vencer em relação a 2019.

Em 2020, o saldo de fornecedores (circulante e não circulante) era de R\$ 290,4 milhões e representava 10,0% do passivo total, em função, principalmente, pela compra de insumos em dólar e variação cambial reconhecida no exercício.

Tributos a recolher:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
ICMS	4.672	4.781	4.509
Funrural/Senar	331	2.319	1.921
PIS	1.052	82	307
COFINS	250	818	1.611
Fethab/IMA	1.931	1.909	1.651
Retenções (PIS/COFINS/IRRF/CSLL/ISS)	1.550	1.098	1.070
	<u>9.786</u>	<u>11.007</u>	<u>11.069</u>

Em 2018, o saldo de tributos a recolher era de R\$ 11,1 milhões, equivalente a 0,5% do passivo total, aumento de 24,6% em comparação com o saldo do ano anterior, em função de débitos de Funrural/SENAR/Fethab (liquidados no começo de 2019) e atualização de passivos contingentes de ICMS, Pis e Cofins.

Em 2019, o saldo de tributos a recolher era de R\$ 11,1 milhões, equivalente a 0,4% do passivo total, redução de 0,6% em comparação com o saldo do ano anterior.

Em 2020, o saldo de tributos a recolher era de R\$ 9,8 milhões, equivalente a 0,3% do passivo total, redução de 11,1% em comparação com o saldo do ano anterior.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado					
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado (Arrendamento Mercantil)	R\$	8,06% a.a.	3,80% a.a.	4,07% a.a.	14.247	5.326	13.059
Crédito à Exportação	R\$	10,39% a.a.	10,52% a.a.	12,82% a.a.	49.405	45.561	65.506
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	9,30% a.a.	10,02% a.a.	12,38% a.a.	83.344	34.977	52.397
		9,55% a.a.	9,87% a.a.	11,77% a.a.	146.996	85.864	130.962
Moeda Estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6			7,88% a.a.	-	-	7.890
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,78% a.a.	6,83% a.a.	8,32% a.a.	950.939	739.249	743.903
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$		10,70% a.a.		-	4.625	743.903
		5,78% a.a.	6,85% a.a.	8,32% a.a.	950.939	743.874	1.495.696
Total		6,29% a.a.	7,17% a.a.	8,83% a.a.	1.097.935	829.738	1.626.658
Circulante					482.035	355.347	319.781
Não Circulante					615.900	474.391	562.974

Em 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) era de R\$ 882,8 milhões, equivalente a 38,1% do passivo total, aumento de 11,5% em comparação com o saldo do ano anterior. Nessa data, em função do saldo de caixa de R\$ 30,7 milhões, a dívida líquida era de R\$ 852,1 milhões, equivalente a US\$ 219,9 milhões. Em 2018, 14,8% da dívida era em moeda nacional, ao custo de 11,77% ao ano e 85,2% era nominada em dólar, ao custo de 8,32% ao ano.

Em 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) era de R\$ 829,7 milhões, equivalente a 33,3% do passivo total, redução de 6,0% em comparação com o saldo do ano anterior. Nessa data, em função do saldo de caixa de R\$ 50,3 milhões, a dívida líquida era de R\$ 779,4 milhões, equivalente a US\$ 193,4 milhões. Em 2019, 10,0% da dívida era em moeda nacional, ao custo de 9,87% ao ano e 90,0% era nominada em dólar, ao custo de 6,12% ao ano.

Em 2019, a movimentação dos empréstimos pode ser assim sintetizada:

Movimentação do endividamento	R\$ mil
Saldos em 1º de janeiro de 2019	882.755
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	285.221
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(364.799)
(-) Pagamentos de custos de captação	(2.530)
(+) Atualizações juros	72.061
(-) Amortizações juros	(69.245)
(+/-) Atualizações variação cambial	23.637
(-) Custos de captação apropriado como despesa	2.638
Saldos em 31 de dezembro de 2019	829.738

Em 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) era de R\$ 1,1 bilhão milhões, equivalente a 37,7% do passivo total, acréscimo de 32,3% em comparação com o saldo do ano anterior. Nessa data, em função do saldo de caixa de R\$ 82,8 milhões, a dívida líquida era de R\$ 1,0 bilhão milhões, equivalente a US\$ 195,3 milhões. Em 2020, 13,0% da dívida era em moeda nacional, ao custo de 9,55% ao ano e 87,0% era nominada em dólar, ao custo de 5,78% ao ano.

Em 2020, a movimentação dos empréstimos pode ser assim sintetizada:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Movimentação do endividamento	R\$ mil
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	431.669
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(374.869)
(+) Atualizações juros	77.703
(-) Amortizações juros	(69.242)
(+/-) Atualizações variação cambial	203.994
(-) Amortização variação cambial	(1.094)
(-) Custos de captação apropriado como despesa	33
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.097.932

Adiantamentos de clientes:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Clientes nacionais	13.248	38.256	6.880
Clientes estrangeiros	175.772	157.397	139.815
	<u>189.020</u>	<u>195.653</u>	<u>146.695</u>

Em 2018, o saldo de adiantamento de clientes era de R\$ 146,7 milhões, equivalente a 6,3% do passivo total, aumento de 2,5% em comparação com o saldo do ano anterior. O saldo no final do exercício é substancialmente representado por: (i) adiantamentos de soja, no valor de R\$ 86 milhões (US\$ 21,6 milhões) e (ii) adiantamento de pluma de algodão de R\$ 53 milhões (US\$ 13,5 milhões).

Em 2019, o saldo de adiantamento de clientes era de R\$ 195,6 milhões, equivalente a 7,9% do passivo total, aumento de 33,4% em comparação com o saldo do ano anterior substancialmente representado pela antecipação dos recebíveis da soja.

Em 2020, o saldo de adiantamento de clientes era de R\$ 189,0 milhões, equivalente a 6,5% do passivo total, queda de 3,4% em comparação com o saldo do ano anterior.

Tributos parcelados:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Previdenciário	15.176	20.451	24.615
PRT/Refis	278	2.778	3.492
ICMS	1.050	-	-
Outros parcelamentos	489	1.172	501
	<u>16.993</u>	<u>24.401</u>	<u>28.608</u>
Circulante	<u>7.369</u>	<u>6.900</u>	<u>6.943</u>
Não circulante	<u>9.624</u>	<u>17.501</u>	<u>21.665</u>

Em 2018, o saldo de tributos parcelados (circulante e não circulante) era de R\$ 28,6 milhões, equivalente a 1,2% do passivo total, aumento de 81,0% em comparação com o saldo do ano anterior, em função do parcelamento efetuado em dezembro de 2018 de débitos previdenciários

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

apurados sobre a comercialização de produtos agrícolas e retenções previdenciárias sobre as remunerações pagas aos colaboradores.

Em 2019, o saldo de tributos parcelados (circulante e não circulante) era de R\$ 24,4 milhões, equivalente a 1,0% do passivo total, redução de 14,7% em comparação com o saldo do ano anterior, em função dos pagamentos das parcelas no decorrer do ano de 2019.

Em 2020, o saldo de tributos parcelados (circulante e não circulante) era de R\$ 19,5 milhões, equivalente a 0,7% do passivo total, redução de 20,1% em comparação com o saldo do ano anterior, em função dos pagamentos das parcelas no decorrer do ano de 2020.

Instrumentos financeiros derivativos:

Em 2018, o saldo de instrumentos financeiros derivativos classificados no ativo e passivo circulante era de R\$ 2,6 milhões e 4,0 milhões, respectivamente, equivalentes a 0,1% e 0,2% do passivo total, respectivamente. O saldo refere-se a: (i) NDF de Dólar, *nocional* de US\$ 14,5 milhões e 26,9 milhões, respectivamente.

Em 2019, o saldo de instrumentos financeiros derivativos classificados no ativo circulante foi inexistente e R\$ 13,7 milhões no passivo, equivalente a 0,5% do passivo total. O saldo refere-se a NDF de Dólar e operações com *comodities*.

Em 2020, o saldo de instrumentos financeiros derivativos classificados no ativo circulante foi R\$ 17,2, equivalente a 0,6% do ativo total e R\$ 57,3 milhões no passivo, equivalente a 2,0% do passivo total. O saldo refere-se a NDF de Dólar e operações com *comodities*.

Arrendamentos a pagar:

Passivo de arrendamento	Consolidado		
	2020	2019	2018
Terras para exploração	323.257	199.899	13.251
Imóveis	2.455	1.021	
Veículos	-	1.227	
	<u>325.712</u>	<u>202.147</u>	<u>13.251</u>
Circulante	<u>52.389</u>	<u>30.354</u>	<u>13.251</u>
Não Circulante	<u>273.323</u>	<u>171.793</u>	<u>-</u>

Em 2018, o saldo de arrendamentos e serviços a pagar era de R\$ 13,3 milhões, equivalente a 0,6% do passivo total, redução de 18,4% em comparação com o saldo do ano anterior, em função da variação do preço da soja e da liquidação do débito junto a JNR Agropecuária.

Em 2019, em função da entrada em vigor da normativa contábil CPC 06 (R2) (IFRS16), a companhia passou a reconhecer os passivos de bens operacionais arrendados pelo valor presente dos fluxos de pagamentos até o vencimento do contrato.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

O valor da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 foi de R\$ 186,5 milhões, representado principalmente por terras para exploração (R\$ 183,8 milhões), veículos (R\$ 2,3 milhões) e imóveis (R\$ 0,4 milhão). Em 2019, o saldo de arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, totaliza R\$ 202,1 milhões, representado por terras para exploração (R\$ 199,9 milhões), veículos (R\$ 1,2 milhão) e imóveis (R\$ 1,0 milhão).

Em 2020, o saldo de arrendamentos e serviços a pagar era de R\$ 325,7 milhões, equivalente a 11,2% do passivo total, aumento de 61,1% em comparação com o saldo do ano anterior, em função da variação do preço da soja e renovação de contratos de arrendamento de terras e imóveis.

Títulos a pagar:

Essa conta registra o saldo passivo de provisões diversas, incluindo honorários advocatícios, dentre outras contas a pagar não classificadas nas contas anteriormente elencadas.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Empréstimo de mercadorias	790	933	86
Despesa com pessoal e indenizações trabalhistas	1.189	413	168
Honorários, assessoria e consultoria	418	3.607	4.084
Serviços de manutenção	795	391	538
Seguros a pagar	205	113	72
Energia elétrica	693	681	385
Faturamento para entrega futura	5	3.207	4.287
Arrendamento	1.000	1.000	-
Outros passivos	1.787	338	765
	6.882	10.683	10.385
Circulante	5.415	7.876	7.426
Não Circulante	1.467	2.807	2.959

Em 2018, o saldo de títulos a pagar (circulante e não circulante) era de R\$ 10,4 milhões, equivalente a 0,4% do passivo total, aumento de 13,9% em comparação com o saldo do ano anterior. As variações desse grupo são substancialmente representadas pela liquidação de passivos constituídos e adequação de provisões de honorários advocatícios.

Em 2019, o saldo de títulos a pagar (circulante e não circulante) era de R\$ 10,7 milhões, equivalente a 0,4% do passivo total, aumento de 2,9% em comparação com o saldo do ano anterior. As variações desse grupo são substancialmente representadas pela liquidação de passivos constituídos e adequação de provisões de honorários advocatícios.

Em 2020, o saldo de títulos a pagar (circulante e não circulante) era de R\$ 6,9 milhões, equivalente a 0,3% do passivo total, redução de 35,6% em comparação com o saldo do ano anterior. As variações desse grupo são substancialmente representadas pela redução da conta de

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

faturamento para entrega futura e adequação de provisões de honorários de serviços de terceiros.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

O passivo não circulante da companhia inclui as obrigações com vencimentos superiores a 12 meses.

Em 2018, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 674,9 milhões, equivalente a 29,0% do passivo total, aumento de 5,1% em comparação com o saldo do ano anterior, em função do aumento do passivo diferido da subsidiária TS Brasil S.A.

Em 2019, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 758,7 milhões, equivalente a 30,5% do passivo total, aumento de 18,1% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, principalmente, do reconhecimento do passivo de arrendamentos a pagar no valor de R\$ 171,8 milhões, conforme mencionado nos comentários da mesma rubrica no passivo circulante.

Em 2020, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 1,0 bilhão, equivalente a 35,2% do passivo total, aumento de 51,6% em comparação com o saldo do ano anterior, em função, principalmente, do aumento do passivo de arrendamentos e de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas rubricas acima.

As principais contas deste grupo estão descritas abaixo:

Empréstimos e financiamentos: Justificativa apresentada no tópico “Passivo Circulante”.

Arrendamentos a pagar: Justificativa apresentada no tópico “Passivo Circulante”.

Tributos parcelados: Justificativa apresentada no tópico “Passivo Circulante”.

Títulos a pagar: Justificativa apresentada no tópico “Passivo Circulante”.

Tributos diferidos: Justificativa apresentada na conta “Tributos diferidos” no tópico “Ativo Não Circulante”.

Provisão para demandas judiciais:

Essa conta registra o passivo de provisões para contingências judiciais da Companhia, cuja probabilidade de perda é julgada provável pela administração da Companhia.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Causas	Consolidado								
	2020			2019			2018		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	29.062	(13.192)	15.870	9.563	(2.509)	7.054	9.097	(2.553)	6.544
Tributárias	11.622	-	11.622	12.115	-	12.115	9.660	-	9.660
Cíveis	1.232	-	1.232	824	-	824	8.788	(362)	8.426
Total	41.916	(13.192)	28.724	22.502	(2.509)	19.993	27.545	(2.915)	24.630
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.014			5.555			21.998

Em 2018, o saldo de provisão para contingências era de R\$ 24,6 milhões, equivalente a 1,1% do passivo total, aumento de 25,5% em comparação com o exercício anterior.

Em 2019, o saldo de provisão para contingências era de R\$ 20,0 milhões, equivalente a 0,8% do passivo total, queda de 18,8% em comparação com o exercício anterior, principalmente em função da reversão de uma provisão cível.

Em 2020, o saldo de provisão para contingências era de R\$ 29,0 milhões, equivalente a 1,0% do passivo total, aumento de 45,2% em comparação com o exercício anterior, a variação no exercício é substancialmente representada pela alteração no prognóstico do processo trabalhista com M.C. de M. cujo o valor atualizado da condenação é de R\$ 26,0 milhões.

A movimentação pode ser assim sintetizada:

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Pagamentos no período	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no período	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.871	11.622	1.530	29.023

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Em 2018, em função de: (i) lucro líquido verificado no período, no valor de R\$ 42,3 milhões, motivado, principalmente: (i) pelas boas produtividades nas principais culturas; (ii) depreciação do real frente ao dólar no exercício; o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 940,0 milhões, representando 40,4% dos ativos totais e uma redução de 5,2% em comparação com o saldo do exercício anterior.

Em 2019, em função de: (i) valor negativo relativo ao prejuízo líquido verificado no período, no valor de R\$ 134,7 milhões; (ii) valor positivo relativo à reciclagem para o resultado do exercício no valor de R\$ 87,4 milhões do saldo de variação cambial de instrumentos financeiros designados no *hedge accounting*; e (iii) aumento de capital de acionistas no valor de R\$ 50,3 milhões, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 943,0 milhões, representando 37,9% dos ativos totais e uma aumento de 0,3% em comparação com o saldo do exercício anterior.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Em 2020, em função de: (i) valor negativo relativo ao prejuízo líquido verificado no período, no valor de R\$ 56,8 milhões; (ii) valor negativo de R\$ 103,3 milhões relativo à variação cambial de instrumentos financeiros designados no *hedge accounting*; e (iii) aumento de capital de referente ao bônus de subscrição no valor de R\$ 1,8 milhões, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 784,7 milhões, representando 27,0% dos ativos totais e uma queda de 16,8% em comparação com o saldo do exercício anterior.

10.2 Diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são representadas pelas commodities agrícolas, ou seja, venda da produção própria de algodão em pluma, caroço de algodão, soja em grão e milho em grão. Além disso, influenciam nossas receitas o registro do valor justo dos ativos biológicos e o *hedge accounting*.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, apresentamos um resultado operacional positivo de R\$ 136,8 milhões, reflexo de melhores margens das culturas de algodão e milho da safra 2017/18 quando comparadas com a safra 2016/17, refletidas nas margens de faturamento e na marcação dos ativos biológicos dessas culturas combinados às boas produtividades, preços de venda em dólares em linha ou acima do orçamento e otimização de custos.

Em 2019, apresentamos um resultado operacional negativo de R\$ 24,9 milhões reflexo (i) do valor do *hedge accounting* realizado no período em função da reciclagem do saldo da variação cambial das dívidas acumuladas no Patrimônio Líquido para o resultado conforme cronograma de vencimento das mesmas, (ii) margens mais apertadas para a cultura do algodão e milho, diante do aumento do custo de produção das culturas e (iii) impairment de ativos e tributos e reavaliação do prognóstico pelos assessores jurídicos do ativo Construtorio.

Em 2020, apresentamos um resultado operacional de R\$ 248,4 milhões devido (i) bons resultados da cultura do algodão através da marcação do ativo biológico decorrente de expectativas positivas de resultado para a essa cultura e (ii) bom resultado da cultura de soja, que apesar da redução de área plantada, apresentou recorde de produtividade.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

- Modificação de Preços

O segmento agrícola é caracterizado por *commodities* agrícolas (soja, algodão e milho) negociadas internacionalmente em sua grande maioria. Desta forma, o preço das *commodities*, que influenciam diretamente nossos resultados, são reflexo da oferta e demanda mundial dos produtos, que por sua vez são afetadas pelas condições climáticas, tecnológicas, comerciais, econômicas e as políticas governamentais.

As perspectivas para o agronegócio mundial e continuidade dos preços das *commodities* em patamares elevados continuam otimistas influenciado pelo (i) crescimento populacional; (ii) urbanização; e (iii) aumento da renda disponível, com consequente mudança nos hábitos alimentares.

Neste cenário, o Brasil terá papel fundamental, pois apresenta uma posição única para atender o esperado crescimento da demanda mundial de produtos agrícolas. Segundo números da OECD, o mundo precisará incrementar a produção alimentar em 20%, sendo que seguindo essa organização estima que o Brasil deverá ser responsável por 40% desse incremento.

A pandemia do COVID-19 e as consequentes medidas de isolamento social para sua contenção tiveram profundo impacto na economia brasileira em 2020. No entanto, enquanto praticamente todos os setores econômicos mostraram retração em 2020, o PIB do agronegócio apresentou uma alta acumulada de 19,66% entre janeiro e novembro, em comparação ao mesmo período de 2019, conforme dados da CNA/Cepea.

Assim como todos os setores da economia, o agronegócio foi evidentemente afetado pela pandemia, porém em diferentes graus em seus diversos segmentos. Segmentos como os de algodão, por exemplo, sofreram fortes impactos negativos, principalmente no primeiro trimestre de 2020, quando ocorreu o auge da paralisação do mercado interno e da crise sanitária em todo o mundo. Contudo, os segmentos do agronegócio que puderam contar com o mercado externo foram altamente beneficiados pela grande desvalorização do real frente ao dólar no ano. Há ainda segmentos do agronegócio que, circunstancialmente, com o aumento da demanda interna pelo efeito do auxílio emergencial e pelas condições bastante favoráveis para exportação por preços recordes, acabaram registrando resultados bastante positivos.

A alta expressiva dos preços de soja e derivados ao longo de 2020 foi sustentada pela demanda doméstica, exportação e desvalorização cambial do real frente ao dólar. No cenário internacional, resquícios da guerra comercial entre EUA e China associados aos baixos níveis de estoques chineses também ajudaram a impulsionar o fluxo das exportações brasileiras de soja no ano. As indústrias chinesas elevaram a demanda pelos derivados da soja visando atender a crescente demanda do setor de proteína animal, que passa por uma profunda reestruturação depois dos problemas sanitários derivados do

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

surto de peste suína africana que atingiu o país asiático. Cabe ressaltar também que a demanda interna brasileira esteve aquecida em 2020, estimulada particularmente pelas cadeias produtivas de proteína animal. Conseqüentemente, o Brasil encerrou a temporada com os estoques de soja mais baixos em anos concomitantemente a novos recordes de preços alcançados. Esse cenário estimulou os produtores a anteciparem as negociações da produção das duas próximas safras.

Com a safra spot praticamente toda negociada e as vendas antecipadas da soja da safra 2020/21 já superando mais da metade do potencial produtivo para o novo ciclo, é de se esperar que alguns produtores já comecem a vender antecipadamente parte da safra 2021/22, o que poderá dar suporte aos preços no Brasil no médio prazo, deixando pouco espaço para quedas bruscas.

De acordo com a IHS Market, a previsão para área plantada com soja no Brasil para safra 2020/21 é projetada em 38,8 milhões de hectares, um aumento de 5% em relação à safra anterior. O nível alcançado pelas vendas antecipadas de soja na nova safra e a possibilidade de rentabilidade recorde da oleaginosa frente a culturas concorrentes dever gerar migrações entre culturas e expansão da área plantada com a soja no Brasil.

Em relação a produção, a IHS Market estima rendimentos alinhados à média histórica dos últimos cinco anos desconsiderando quebras, o que sugere a colheita de 134,0 milhões de toneladas, com uma oferta 6% maior que a safra passada. Essa estimativa está em linha com a da MB Agro, cuja estimativa inicial é de 133/135 milhões de toneladas de soja. Contudo, a ameaça do La Niña na safra 2020/21 tem gerado algumas incertezas com relação ao potencial produtivo, uma vez que a característica do fenômeno climático é de chuvas abaixo da média. A produção recorde no Brasil deverá ser acompanhada por um forte crescimento da demanda, sobretudo em função de uma demanda potencialmente muito forte do setor de proteína animal.

As exportações também sinalizam um potencial de fluxo recorde, sobretudo pela demanda chinesa que permanece aquecida. Até novembro de 2020, as exportações de soja totalizaram 88,9 milhões de toneladas. De acordo com a MB Agro, a previsão é que o valor continue alto em 2021, porém a definição dependerá efetivamente do resultado da safra que está em desenvolvimento.

Com relação ao milho, os preços da commodity no mercado brasileiro atingiram níveis recordes, impulsionados pela forte demanda doméstica bem como pelo ritmo intenso de exportações. Assim como no caso da soja, o Ministério da Economia zerou a alíquota de importação do milho para conter a alta do preço dos alimentos, neste caso, até 31 de março de 2021. Contudo, não houve maiores impactos no preço do cereal.

O contínuo crescimento das cadeias produtivas de proteína animal além da produção de etanol de milho no Brasil e a desvalorização do real, criaram condições favoráveis a formação de preços atrativos. Nos últimos anos, a venda antecipada da segunda safra de milho ganhou forte intensidade como forma de garantir preços ou mesmo de gerar

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

recursos para financiamento da produção de soja. Neste ano, especificamente, o milho colhido nas lavouras de segunda safra chegou ao mercado com nível recorde de vendas antecipada em função da maior atuação das tradings e indústrias de etanol do Centro-Oeste. Por sua vez, o setor de proteína animal também viu a demanda do setor crescer através das vendas externas e gradual retomada do consumo doméstico. O efeito disso foi uma maior disputa por lotes remanescentes e ocorrência de cancelamentos de fluxo para o exterior visando atender a forte demanda doméstica. Neste contexto, o fluxo de comercialização de milho segunda safra que será plantado em 2021 também ganha destaque.

Outro fator cada vez mais relevante é a ascensão da produção de etanol de milho, que elevou e transformou a demanda interna e traz renda aos produtores, sobretudo àqueles localizados no interior do país como é o caso dos situados no Mato Grosso. Atualmente existem cinco usinas em funcionamento no Mato Grosso com o uso total de milho na produção de etanol e outras oito usinas flex. Há a previsão da instalação entre 12 a 15 usinas (full e flex) nos próximos anos nos estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Paraná. Atualmente, 4% da produção nacional de etanol teve o milho como matéria prima. Este percentual deverá crescer significativamente nos próximos anos, fator que deve elevar ainda mais o consumo interno do cereal.

O acelerado crescimento nas vendas antecipadas do milho também sugere potencial de grande expansão da produção do cereal na temporada 2020/21, com área recorde de 19,2 milhões de hectares plantados, aumento de 4% em relação à safra anterior e, com potencial de produção recorde de 109,5 milhões de toneladas, 6% superior ao ciclo anterior. Na nova temporada, as exportações brasileiras de milho devem contar também com a forte demanda da China. Diante da firme demanda interna e externa, os preços do milho devem se manter em patamares bastante atrativos no novo ciclo.

Quanto ao algodão, a cadeia produtiva alcançou bons resultados na safra 2019/20, marcada por preços elevados, sustentados por um fluxo recorde de exportações. As exportações compensaram os efeitos da queda da demanda doméstica decorrentes da pandemia e das conseqüentes medidas de isolamento social que paralisou por tempo considerável as confecções e o comércio de roupas. A safra brasileira de algodão 2019/20 totalizou um recorde de mais de 3 milhões de toneladas de fibra produzidas, um crescimento expressivo de 8% frente ao ciclo anterior e, chegou ao mercado, com cerca de 80% da produção comercializada, sendo a grande parte contratos fixados com o mercado externo. O efeito cambial e a necessidade de garantir estoques na Ásia, mesmo frente aos efeitos da pandemia, garantiram uma proteção aos produtores contra a volatilidade gerada pela crise econômica.

A desaceleração da comercialização antecipada da safra 2020/21 no Brasil, fez com que a venda de algodão saísse de níveis recordes, convergindo para a média de 10 anos. O risco climático gerado pelo atraso das chuvas no Brasil na última primavera tem gerado sinais de alerta. O estado do Mato Grosso, bem como Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia, juntos chegam a concentrar cerca de 75% da produção nacional, costumam semear

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

algodão de segunda safra, logo após a colheita da soja. O atraso das chuvas tem prejudicado a implantação das lavouras de soja nesses estados e, em consequência, devem encurtar a janela ideal de plantio do algodão. Tais fatores já apontam para possibilidade de retração na área plantada além do salto nos custos de produção e elevação dos estoques de passagem no Brasil. Estes fatores apontam em uma estimativa inicial para uma provável redução de área plantada na safra 2020/21 da ordem de 10%, de acordo com IHS Market. De qualquer forma, a escalada dos referenciais internacionais de volta aos 60 centavos de dólar na bolsa ICE, a depreciação do real e as linhas de crédito voltadas para investimentos em ampliação da capacidade de armazenagem deverão mitigar a redução da área plantada.

- Taxa de Câmbio

As receitas da Companhia sofrem grandes impactos pela variação cambial, visto que há um grande volume de recebimentos atrelados a cotação da moeda norte-americana. No entanto, como as saídas de caixa (insumos para custeio da safra) também estão atrelados na mesma moeda, gerando um *hedge* natural sobre quase integralmente à receita.

Diariamente, a Administração discute sobre eventual exposição pontual a moeda estrangeira, realizando *stress tests constantes*.

Em resumo o valor da moeda norte americana influencia os resultados da Companhia. Geralmente, a desvalorização do real é benéfica no longo prazo para Companhia, contudo tal oscilação está em grande parte protegida pelo endividamento em dólar.

- Inflação

A inflação brasileira, em geral, não impacta diretamente a variação de nossas receitas, visto que nossos produtos são commodities agrícolas negociadas internacionalmente. Os preços das commodities agrícolas estão muito mais ligados ao crescimento global, notadamente dos grandes importadores, em especial a China, do que a inflação brasileira.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os insumos da Companhia são basicamente:

Fertilizantes (representa 20,2% do custo): uma *commodity*, e como a commodity agrícola, possui seu preço ligado ao crescimento global e é bastante correlacionado ao preço da soja.

Os defensivos agrícolas e sementes (representam 36,0% do custo), os quais são produtos importados em dólares e sujeitos a variação cambial e a inflação americana.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

O óleo diesel (representa 3,6% do custo) outro insumo importante, não está diretamente ligado a inflação brasileira, pois tem seu preço indiretamente controlado pelo governo brasileiro.

A mão-de-obra (representa 6,9% do custo) está diretamente ligada a inflação brasileira

As receitas por sua vez, em grande parte (excetuando o sorgo e do girassol), são *commodities* agrícolas e vendidos em dólares.

Dessa forma, a maior parte do risco poderia estar no fato da Companhia ter assumido um custo e com queda do preço das *commodities*, no momento da venda, incorrer em algum prejuízo.

Contudo, para se proteger de eventual descasamento mencionado acima a administração, em geral, costuma sempre que assumir o compromisso de compra de algum insumo, vender uma parcela equivalente da produção que será plantada. Com isso, a Companhia consegue proteger a margem em relação ao custo comprometido.

Dessa forma, a inflação dos insumos pode impactar os resultados da Companhia, contudo, a administração trabalha para que esse custo esteja protegido com uma receita garantida, já considerando esses custos.

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2020, nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado nas atividades da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2020 a Companhia não constituiu, não adquiriu e não alienou participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 não houve operações não usuais.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No ano de 2010, a Companhia emitiu suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*IFRSs*”) emitidas pelo *International*

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado” – *IFRS* e BRGAAP. As alterações provocadas pela aplicação dos dispositivos dessas normas foram reconhecidas retroativamente ao balanço inicial (01/01/2009), e aos exercícios encerrados em 2009 e 2010.

Adoção de novas normas

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 16(R2) / IFRS16 Arrendamentos

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia e suas controladas possuem como operações geradoras de receitas conforme segue:

- Venda de produção de soja;
- Venda de produção de milho;
- Venda de produção de algodão em pluma;
- Venda de produção de caroço de algodão;
- Venda de produção de fibrilha de algodão;
- Venda de produção de outras culturas (girassol, sorgo, etc.);
- Revenda de mercadorias;
- Revenda de defensivos em troca por sementes;
- Revenda de insumos e materiais que sobram da operação agrícola;
- Prestação de serviço de armazenagem para a órgãos públicos; e
- Venda de imobilizados usados cuja vida útil exauridas (máquinas e implementos agrícolas, veículos, caminhões, etc.).

A Administração avaliou e não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa ou requer julgamento.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

As categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018 estão demonstradas na nota explicativa 22. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu a abordagem de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Para os contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito,

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes de baixo risco e clientes de alto risco e a carteira de clientes foi segmentada com base em características comuns de risco de crédito, como posição no mercado e histórico de atrasos e inadimplência.

A Companhia adotou o CPC 48 (IFRS 9) usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. determinaram que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo, que teve como contrapartida a rubrica de Prejuízos acumulados, conforme quadro abaixo apresentado:

	Controlado	Consolida
	ra	do
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(18)	(18)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(4.907)	(4.907)
Provisão para perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38 / IAS 39	(4.925)	(4.925)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - contas a receber de clientes	(18)	(38)
Provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - títulos a receber	(1.792)	(1.889)
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48 / IFRS 9	(6.735)	(6.852)
Provisão para perdas de crédito no contas a receber de clientes (nota explicativa 4)	(36)	(56)
Provisão para perdas de crédito em títulos a receber (nota explicativa 5)	(6.699)	(6.796)

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

(6.735) (6.852)

Os efeitos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 á cima apresentados foram contabilizados no patrimônio líquido em 01 de Janeiro de 2018, líquidos de impostos diferidos (R\$ 538).

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A norma sobre Arrendamentos - CPC 06(R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo						
Total do ativo circulante	627.714	-	627.714	657.974	-	657.974
Direito de uso	-	186.507	186.507	-	186.507	186.507
Outros ativos não circulante	1.709.093	-	1.709.093	1.667.035	-	1.667.035
Total do ativo não circulante	1.709.093	186.507	1.895.600	1.667.035	186.507	1.853.542
Total do ativo	2.336.807	186.507	2.523.314	2.325.009	186.507	2.511.516
Passivo						
Circulante						
Arrendamentos a pagar	13.251	28.915	42.166	13.251	28.915	42.166
Outros passivos circulantes	690.234	-	690.234	696.883	-	696.883
Total do passivo circulante	703.485	28.915	732.400	710.134	28.915	739.049
Arrendamentos a pagar	-	157.592	157.592	-	157.592	157.592
Outros passivos não circulantes	693.317	-	693.317	674.870	-	674.870
Total do passivo não circulante	693.317	157.592	850.909	674.870	157.592	832.462
Total do patrimônio líquido	940.005	-	940.005	940.005	-	940.005
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.336.807	186.507	2.523.314	2.325.009	186.507	2.511.516

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os exercícios comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de arrendamentos de terras agricultáveis e aluguéis de frota de veículos e imóvel mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 na Companhia foram:

- Prazo de arrendamento mercantil - exercícios pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (hindsight), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Isenção de reconhecimento - A Companhia optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma.

Para identificar as taxas adotadas, a Companhia considera a taxa livre de risco, ajustada pelos efeitos inflacionários e risco de crédito do país, adicionada aos fatores de risco de crédito da Companhia e prêmio específico dos ativos arrendados.

As taxas utilizadas pela Companhia variam conforme a classe dos ativos arrendados conforme segue:

- Terras agricultáveis: entre 8,64% e 9,04% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos;
- Veículos e imóveis: em 10,65% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros);
- Mensuração do ativo de direito de uso - A Companhia não incluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- Amortização do ativo de direito de uso - Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações no plano de negócios;

- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada exercício durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício à medida em que são incorridos;
- Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base nas projeções futuras da Companhia; e
- Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro - A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Inventário de contratos

Durante o exercício de 2019, a Companhia efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06 (R1)), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Após avaliação e inventário dos contratos a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamentos e parcerias agrícolas para cultivo dos ativos biológicos no estado de Mato Grosso (18 contratos) e com prazos contratuais até 2035; (ii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de São Paulo (1 contrato) vigente até abril de 2020; (iii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de Cuiabá (1 contrato) vigente até novembro de 2024; e (iv) aluguel de frota de veículos para utilização nas atividades diárias dos colaboradores para as unidades produtoras (1 contrato) vigente até o final de 2020.

Para o contrato de parceria agrícola firmado com a controlada TS Brasil S.A. (100% baseado no resultado da produção), o entendimento da Companhia é pela inaplicabilidade no escopo da norma contábil e, conseqüentemente a Companhia não possui variáveis com base na produção e os arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente.

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge previsto no CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge.

Para se qualificar para a contabilidade de cobertura de acordo com a CPC 38 / IAS 39, um hedge tinha de ser altamente eficaz, prospectiva e retrospectivamente. Por conseguinte, a Companhia tinha de realizar duas avaliações de eficácia para cada relação de cobertura. A avaliação prospectiva apoiava a expectativa de que a relação de cobertura seria eficaz no futuro. A avaliação retrospectiva determinava que a relação de cobertura tinha sido eficaz no período de reporte. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou a avaliação retrospectiva.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, a cobertura seria considerada altamente eficaz se o deslocamento ocorresse dentro do intervalo de 80% – 125%. O CPC 48 / IFRS 9 eliminou esta avaliação, cabendo a Companhia efetuar o julgamento se a relação de hedge é eficaz.

As alterações desta norma contábil relacionadas ao hedge de fluxo de caixa não trouxeram impacto para a Companhia, visto que a norma supracitada trouxe maior flexibilização para a utilização do hedge accounting.

Em 12 de fevereiro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de hedge accounting. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” será transferido ao resultado conforme cronograma de realização do objeto de hedge, estimado para os resultados de 2020 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de hedge de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

demonstrações financeiras, pois após avaliação de seu conteúdo, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. A seguir está uma relação dessas normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações às IFRS 7 e IFRS 9); e
- Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 – Concessões de Aluguel relacionados à Covid-19 (emendas ao CPC 06/IFRS 16).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis, além das descritas acima.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2018

Não existem ênfases ou ressalvas no relatório do auditor de 31 de dezembro de 2018.

2019

Não existem ênfases ou ressalvas no relatório do auditor de 31 de dezembro de 2019.

2020

Ênfase - Memorando de entendimentos não vinculante – proposta de combinação de negócios

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de entendimentos não vinculante, vigente por um período de 120 dias a partir de sua assinatura, que estabelece

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

condições indicativas para uma transação de venda da operação agrícola por meio de incorporação de suas ações por potencial comprador, após a realização de uma reorganização societária para a segregação das propriedades rurais e benfeitorias que não serão objeto da transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

VIDA ÚTIL DOS ATIVOS IMOBILIZADOS:

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Uma eventual mudança nas estimativas de vida útil pode alterar o resultado econômico da entidade. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo contábil dos ativos sujeitos à depreciação era de R\$ 218,1 milhões, com taxa média ponderada de depreciação de aproximadamente 6,4% ao ano.

REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos), ativo e passivo, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores e, recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras de 2019, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2020, estão ativados os saldos de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas no valor total de R\$ 368,0 milhões, baseados em expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 98,4 milhões, na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

As despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting, que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, estão contidas na base de apuração dos créditos tributários diferidos não registrados contabilmente, conforme entendimentos dos assessores tributários da Administração e, portanto, não serão dedutíveis quando transitarem pelo resultado do exercício. A Administração decidiu pela não constituição dos tributos diferidos passivos sobre essa exclusão fiscal por entender que esses tributos devem transitar pelo resultado do exercício no mesmo momento do registro contábil do crédito tributário correspondente.

Adicionalmente, em 2021, a Administração, também em conjunto com seus assessores tributários, está revisando suas obrigações acessórias e espera apurar montante adicional de crédito tributário, em conformidade com a legislação tributária.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Alterações nas premissas de geração de resultados tributáveis futuros (área plantada, mix de culturas, preço das commodities, taxa de câmbio, custo dos insumos, outros custos e despesas) poderão fazer com que parte do valor ativado seja revertido, ou que parte do valor não ativado seja ativado, com consequente impacto no resultado do exercício.

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia possui 52% de suas terras agriculturáveis em arrendamento ou parceria, equivalente 43,5 mil ha. Essas áreas possuem um prazo médio de 7,5 anos e um custo médio de 13,88 sc/ha.

- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em relação às vendas futuras, a Companhia já fixou grande parte da sua safra 2020/21, conforme informações trazidas na tabela abaixo.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ALGODÃO	Frame	Unidade	% Hedgeado/ Fixado	Preço Hedgeado/ Fixado	% a fixar	Preço mercado	Preço MTM	
SF 2020/21	NY Dez Fixado	US\$/lb	60,66%	0,6248	9%	0,8433		
	NY Dez Hedgeado	US\$/lb	30,27%	0,6232				
	Prêmio	US\$/lb	88,71%	0,0219	11%	0,0250		
	FOB Porto (US\$/lb)							0,6664
	Frete	R\$/ton	0,00%	0,00	100%	370,00		
	Custos Portuários	R\$/ton	15,78%	145,83	84%	145,00		
FOB Fazenda (US\$/lb)							0,6247	
SOJA	Frame	Unidade	% Hedgeado/ Fixado	Preço Hedgeado/ Fixado	% a fixar	Preço Mercado	Preço MTM	
SF 2020/21	CBOT Fixado	cts/bu	111,1%	853,5	10,0%	1405,0		
	CBOT Hedgeado	cts/bu	-21,1%	1173,0				
	Basis Pre.	cts/bu	111,1%	47,4	-11,1%	30,0		
	FOB Porto (US\$/sc)							19,63
	Fobbings	US\$/ton	111,1%	11,5	-11,1%	11,5		
	Frete	R\$/ton	111,1%	306,8	-11,1%	300,0		
FOB Fazenda (US\$/sc)							15,59	
MILHO	Frame	Unidade	% Hedgeado/ Fixado	Preço Hedgeado/ Fixado	% a fixar	Preço mercado	Preço MTM	
SF 2020/21	CBOT Fixado	cts/bu	68,6%	394,83	31,4%	470,0		
	CBOT Hedgeado	cts/bu	0,0%	0				
	Basis Pre.	cts/bu	68,6%	43,1	31,4%	105,0		
	FOB Porto (US\$/sc)							11,36
	Fobbings	cts/bu	68,6%	11	31,4%	11,0		
	Frete	cts/bu	68,6%	288,8	31,4%	300,0		
FOB Fazenda (US\$/sc)							7,65	

iv. contratos de construção não terminada

Essa modalidade não se aplica as atividades da Companhia

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

não existem contratos de financiamento com recebimentos futuros

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) natureza e o propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Arrendamentos/Parcerias:

Os arrendamentos são feitos com o propósito de ganhar escala, aumentando a área plantada da Companhia, sem a necessidade de capital intensivo necessário na aquisição de terras.

Nesse tipo de contrato a Emissora paga um arrendamento ou uma parceria de sua produção ao proprietário anualmente, pelo direito de usar a terra. Essas despesas após incorridas encontram-se no Custo do Produto Vendido (CPV)

Pelo Estatuto da Terra esses contratos possuem prazo mínimo de 3 anos.

Os compromissos de arrendamento futuro não constam nas demonstrações financeiras. A Companhia possui 52% de suas terras agriculturáveis em arrendamento ou parceria, equivalente a 43,5 mil ha. Essas áreas possuem um prazo médio de 7,5 anos e um custo médio de 13,88 sc/ha.

Contratos Futuros

A Companhia utiliza-se de contratos futuros de compra de insumos, com seus fornecedores e de venda de produtos com seus clientes

A Companhia utiliza-se desses contratos para comprar insumos e vender seus produtos em momentos que a administração julga mais adequados, travando os preços, mesmo quando a operação mercantil não irá acontecer no momento.

Para não dispor imediatamente desses recursos, bem como para não correr risco de crédito a Companhia utiliza-se dessa modalidade contratual.

No momento do carregamento, ou no momento combinado, a Companhia, assina o contrato, paga pelo produto ou recebe do cliente. Nesse momento o compromisso de compra ou venda é contabilizado como custo ou receita.

Esse instrumento é muito utilizado como *hedge* da margem da operação da Emissora, pois a Companhia tem como prática de sempre que incorre em algum custo relevante (ex. Compra ou trava dos preços de fertilizantes) vender parte da sua produção futura. Isso é feito através de contratos futuros junto a fornecedores ou bancos.

Os compromisso futuros existentes em 31 de dezembro de 2020 são apresentados abaixo:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

								Consolidado
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
Safra 18/19								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	1.000	3	LP	DÓLAR	CIF	0,7413	1.635
Safra 19/20								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	4.691	12	LP	DÓLAR	CIF	0,6822	7.056
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	340	1	LP	REAL	CIP	3,2939	2.470
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	11.205	9	LP	DÓLAR	CIF	0,6981	17.245
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	2.500	1	LP	REAL	CIP	3,3700	18.574
Safra 20/21 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	46.014	8	SC	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	20.000	2	SC	REAL	FOB	96,54	1.931
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	139.986	27	SC	DÓLAR	FOB	16,08	2.251
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	2.750	3	LP	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	4.665	7	LP	DÓLAR	FOB	0,66	6.791
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.750	7	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	12.835	10	LP	DÓLAR	CIF	0,64	18.104
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.000	5	LP	REAL	CIP	3,3440	73.722
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	6.800	4	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	5.500	4	LP	DÓLAR	CIF	0,77	9.347
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	6.000	1	SC	REAL	FOB	42,30	254
Milho em Grãos	Jul a Set/21	117.393	18	SC	REAL	FOB	26,27	3.084
Safra 21/22 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	76.000	15	SC	DÓLAR	FOB	18,74	1.424
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	22.300	6	SC	REAL	FOB	103,07	2.298
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	4.250	8	LP	DÓLAR	CIF	0,66	6.183
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.791
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	11.750	6	LP	DÓLAR	CIF	0,66	17.148
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.582
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71	9.266
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Milho em Grãos	Jul a Set/22	9.000	2	SC	DÓLAR	FOB	6,50	59
Milho em Grãos	Jul a Set/22	10.200	3	SC	REAL	FOB	39,57	404
								101.882
								111.516

- (i) (i) Os volumes de 1.000 toneladas de Algodão em Pluma da safra 18/2019 e 5.003 da safra 19/2020, devido ao atraso logístico por parte do cliente, foram embarcados até a data de publicação destas demonstrações financeiras. A Companhia não sofreu penalidades contratuais devido ao atraso nos embarques.
- (ii) (ii) A comercialização de produto agrícola na Companhia segue a premissa de Lucro Esperado/Relação de troca, nesta premissa são levados em conta o planejamento agrícola, preços de insumos, gestão das exposições cambial, gestão de risco, ferramentas de derivativos, ou seja, a decisão da venda não leva em conta apenas o preço das *commodities*, mas sim uma série de fatores, visto que muitas vezes os preços da *commodities* estão altos, porém os insumos comprados também acompanham essa alta, essa gestão visa mitigar os riscos dos compromissos futuros e para isso os preços não devem ser analisados isoladamente.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

b) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Capex	2019	2020	2021E
Correção Solo	10.208	20.741	15.579
Infraestrutura das fazendas	5.821	2.767	8.643
Maquinas e Equipamentos	2.526	5.556	2.820
Outros	685	1.785	4.009
Veículos	408	184	44
Total	19.648	31.032	31.095

No ano de 2019 (safra 2018/19), os investimentos da Companhia foram direcionados para (i) melhorias em perfil de solo (correção de solo), que visa a manutenção de altas produtividades das áreas já desenvolvidas e o aumento de produtividade de áreas com potencial produtivo; (ii) investimento em máquinas e implementos agrícolas para renovação parcial do parque de máquinas, com o intuito de obter melhorias operacionais e redução de custo de produção; (iii) melhoria da estrutura das fazendas, visando manter a estrutura existente, aumentar a eficiência dos armazéns e algodozeiras e melhorias nas condições de trabalho e acomodações dos colaboradores (alojamentos, escritórios).

Para o ano de 2020 e 2021, os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração têm o mesmo intuito, ou seja, investir basicamente em melhoria de solos, máquinas e implementos agrícolas e infraestrutura das unidades de produção.

A estratégia de investimentos da Companhia é fazer todo o investimento necessário em melhoria de solos, visando manter/aumentar o potencial produtivo das lavouras, melhorar a infraestrutura das sedes operacionais e sociais das unidades de produção, visando proporcionar as melhores condições de trabalho, moradia e lazer aos colaboradores e investir o menos possível em máquinas e equipamentos agrícolas, partindo para um caminho de terceirização de atividades agrícolas, objetivando, com isso, obter um melhor retorno do capital investido (ROIC) na operação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento das operações de capital de giro serão financiados através de linhas bancárias (ACC/ACE, PPE, Crédito Rural e CCBs de curto prazo). Já para o financiamento de maquinário utilizaremos as linhas disponíveis para o BNDES, linhas de importação de equipamentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, visto que o último desinvestimento relevante da Companhia se deu no início de abril de 2012.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

- iv. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável

- iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os itens julgados relevantes pela diretoria da Companhia, que influenciaram os resultados, foram comentados nos itens precedentes desse relatório

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

3 - ANEXO II: DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II

(Instrução CVM nº 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apresentou no exercício de 2020 um Prejuízo Líquido no valor de R\$ 56,8 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

De acordo com o art. 38º do Estatuto Social, os dividendos obrigatórios serão equivalentes a 25% do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda. Como a Companhia possui prejuízos acumulados, não foram distribuídos dividendos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, vez que a Companhia possui prejuízos acumulados e, por conta disto, não distribuiu dividendo nos exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2019	2020
Lucro Líquido	R\$ 42.262 mil	(R\$ 134.719 mil)	(R\$ 56.848 mil)
Por Ação ON	R\$ 2,36	(R\$ 6,60)	(R\$ 2,62)
Por Ação PN	NA	NA	NA

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio nos exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não existem montantes destinados à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com o art. 32º do Estatuto Social, a Reserva Legal será o equivalente a 5% do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, e não excederá 20% do capital social.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

De acordo com o art. 34º do Estatuto Social, os dividendos obrigatórios serão equivalentes a 25% do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda. Como a Companhia possui prejuízos acumulados, o lucro realizado será utilizado para abater o saldo desta conta e não serão distribuídos dividendos.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu dividendos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Não existem cláusulas que estabeleçam reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

5 - ANEXO III: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 do Formulário de Referência)

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo:

- Alinhar a estratégia de negócios definida pelo Conselho de Administração à sua implementação pelos Diretores;
- Reconhecer o desempenho individual e a contribuição de cada Diretor para o atingimento dos resultados da Companhia; e
- Compor o pacote de remuneração desse grupo visando a competitividade da empresa perante o mercado.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30.04.2009 aprovou um plano de opção de ações, prevendo uma diluição máxima de 5% das ações em circulação a ser distribuído entre os executivos da Companhia. Esse plano foi implementado pelo Conselho de Administração em outubro de 2010. Atualmente, nenhum administrador da Companhia possui outorga de plano de opções sobre ações da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.04.2019, foi aprovado o Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo, que tem como propósito o (a) alinhamento de interesses da Companhia e dos Participantes e (b) incentivo aos Participantes, por meio de concessão de oportunidade de receberem, pela Companhia, ações de sua emissão, mediante o cumprimento das condições previstas no Plano de Incentivo.

A Diretoria e os Gerentes possuem metas de resultado e desempenho operacional.

Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individual, de acordo com o item “vi” do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

b) Composição da Remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

• Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com os legislação. Além disso, todos são reembolsados de

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito.

- **Comitê de Auditoria:**

Os membros do Comitê de Auditoria recebem remuneração fixa, além de reembolsos de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito.

- **Diretoria**

Os membros da Diretoria estatutária recebem remuneração fixa. A política de remuneração é de acordo com as melhores práticas de mercado.

Além disso, possuem um plano de remuneração variável condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas, as quais variam dependendo da área de atuação do Diretor.

A Critério do Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, poderá receber remuneração variável adicional a ser desembolsada conforme critérios qualitativos avaliados pelo Conselho de Administração.

- **Comitês**

Os participantes dos comitês não estatutários permanentes recebem uma remuneração fixa.

Os membros do Conselho de Administração, bem como qualquer colaborador da Companhia, que participam dos Comitês, não recebem remuneração adicional.

ii. **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

As proporções médias de cada elemento da remuneração nos últimos 3 exercícios sociais encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

Órgão	2018			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	73%	27%	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Órgão	2019			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	59%	41%	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%

Órgão	2020			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	68%	32%	-	100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Terra Santa Agro utiliza uma metodologia customizada construída em parceria com a Corall Consultoria, onde foi determinado o início da Administração salarial e gestão da carreira pela Terra Santa enfocando o desenvolvimento de instrumentos capazes de gerenciar cargos, carreira e salários da empresa. Esse trabalho procurou detectar as necessidades prementes da empresa e sua cultura, não desprezando suas características e peculiaridades, levando ao conhecimento do corpo diretivo as técnicas empregadas para esse fim.

O objetivo fundamental deste instrumento é a adequação das práticas de administração salarial comumente encontrada no mercado, bem como o alcance do equilíbrio interno entre os cargos e níveis da empresa.

A política de remuneração considera, para diretores e presidente, os resultados apresentados anualmente na pesquisa Top Executive (mediana ou P50) e reavalia sua tabela salarial utilizando-a como referência.

Após a análise dos resultados apresentados, a área de RH (através do Comitê de Gente) envia a sugestão de reajuste dos elementos de remuneração para a aprovação do Conselho de Administração.

Este tem a responsabilidade de aprovar nova tabela salarial e avaliar a necessidade de adequação dos salários de cada um dos diretores.

No caso da remuneração do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, não existe uma metodologia para cálculo de reajuste, sendo o salário fixo estabelecido pelo CA.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Analisando as melhores práticas de mercado e visando manter competitivos e atrativos, a remuneração total é composta pelos seguintes motivos:

- Remuneração fixa: atribuída ao ocupante conforme o cargo.
- Remuneração variável: estimular o engajamento e motivação dos diretores da empresa.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para tal fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os indicadores de desempenho utilizados no cálculo da remuneração variável dos diretores contemplam dois indicadores comum a todos, sendo eles lucro líquido e soma do fluxo de caixa operacional e fluxo de caixa de investimentos ajustado + indicadores específicos relacionados a cada diretoria.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Após o encerramento do exercício social, apura-se o FCO + FCI Ajustado para o exercício social.

Calcula-se 7% deste valor, que será o valor máximo que poderá ser atribuído a cada ano para os participantes do plano.

Verifica-se o atingimento das metas corporativas e individuais.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia possui programa de opção de ações implementado, objetivando alinhar os interesses do emissor no curto, médio e longo prazo. No momento, nenhum executivo possui plano de opção de ações.

Além disso, os diretores da Companhia possuem um Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores aos diretores estatutários da companhia ou seus conselheiros.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

- g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

- 13.2. Em relação a remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prévia para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do Comitê de Auditoria Estatutário, elaborar tabela com seguinte conteúdo**

Remuneração Estimada do Exercício Social corrente - 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê Estatutário	Total
Nº de Membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de Membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	714.000,00	1.792.000,00	224.000,00	2.730.000,00
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	3.771.316,67	0,00	3.771.316,67
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	10.294.000,00	0,00	10.294.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Bônus retention para por conta da operação com SLC e cancelamento do plano de incentivo de longo prazo		
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	714.000,00	15.857.316,67	224.000,00	16.795.316,67

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê Estatutário	Total
Nº de Membros	6,00	4,75	3,00	13,75
Nº de Membros Remunerados	6,00	4,75	3,00	13,75
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.224.000,00	2.813.720,00	384.000,00	4.421.720,00
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	1.314.048,38	0,00	1.314.048,38
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	1.224.000,00	4.127.768,38	384.000,00	5.735.768,38

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,33	4,92	3,42	14,67
Nº de Membros Remunerados	6,33	4,92	3,42	14,67
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.136.000,00	3.168.097,27	395.121,03	4.699.218,30
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	1.147.769,34	0,00	1.147.769,34
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	1.136.000,00	4.315.866,61	395.121,03	5.846.987,64

13.3. Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com as metas estipuladas para cada diretor e desde que

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

seja atingido um percentual do lucro líquido estimado.

Remuneração variável para o exercício corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	5	-	5
Nº de Membros Remunerados	-	5	-	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	(1)	-	(1)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	14.065.317	-	14.065.317
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.771.317	-	3.771.317
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) O valor do bônus pode ser zero, caso não seja atingido os valores de Lucro Líquido e FCO + FCI estipulados para ano em questão

(2) Além do bônus, em 2021, esta previsto um bônus retention para os diretores por conta da operação com a SLC Agrícola e liquidação do plano de incentivo de longo prazo

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	4,75	-	4,75
Nº de Membros Remunerados	-	4,75	-	4,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	(1)	-	(1)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.883.000	-	2.883.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.314.048	-	1.314.048
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) O valor do bônus pode ser zero, caso não seja atingido os valores de Lucro Líquido e FCO + FCI estipulados para ano em questão

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	4,75	-	4,75
Nº de Membros Remunerados	-	4,75	-	4,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	(1)	-	(1)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.302.656	-	2.302.656
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.733.152	-	1.733.152
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) O valor do bônus pode ser zero, caso não seja atingido os valores de Lucro Líquido e FCO + FCI estipulados para ano em questão

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	5	-	5
Nº de Membros Remunerados	-	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	574.103	-	574.103
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.902.816	-	1.902.816
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.147.769	-	1.147.769
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Obs: Número total de membros calculado de acordo com critério definido para cálculo do item 13.2"b"

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

1. Plano de Opções de Compra de Ações

a) Termos e condições gerais

Em 30 de abril de 2009, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do plano de opções de compra de ações, que estabelece as condições gerais para que a Companhia outorgue opção de compra de ações ordinárias de sua emissão aos Participantes.

São elegíveis para participar do referido Plano os administradores e empregados de nível gerencial da Companhia, aí entendidos como Superintendentes, Gerentes e Coordenadores da Companhia escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração que, por escrito, poderá autorizar qualquer membro da diretoria a praticar atos para regular a administração do Plano.

O Conselho de Administração terá amplos poderes para administrar o Plano, observando-o e dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

- a) Decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas;
- b) Decidir quanto às datas em que serão outorgadas as Opções, bem como quanto à oportunidade de sua outorga em relação aos interesses da Companhia, preservando os conceitos estabelecidos neste Plano;

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

- c) Deliberar sobre a forma em que as ações ordinárias da Companhia serão emitidas e/ou adquiridas, dentro do limite de capital autorizado, para cumprimento do estabelecido neste Plano;
- d) Selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar deste Plano, aqueles que participarão do Plano;
- e) Aprovar o Contrato de Opção de Compra de Ações, a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;
- f) Analisar casos excepcionais relacionados a este Plano; e
- g) Dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas estabelecidas neste Plano.

b) Principais objetivos do Plano

Conceder aos diretores e empregados da Companhia a oportunidade de se tornarem acionistas, com vistas a:

- a) Estimular a expansão da Companhia e o Atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos diretores e empregados da Companhia com seus acionistas;
- b) Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus diretores e empregados; e
- c) Proporcionar aos diretores e empregados uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com os interesses dos acionistas.

c) Forma como o Plano contribui para esses objetivos

Considerando que a maior parte das opções fica disponível para exercício no longo prazo, devido ao fracionamento do benefício em tranches anuais, os beneficiários são estimulados a manterem-se na Companhia, direcionando seus melhores esforços no atingimento das metas empresariais.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano insere-se numa política de remuneração que visa premiar os executivos indicados pelo Conselho de Administração, bem como todos os empregados que, a critério da Presidência da Companhia, se tenham destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Companhia busca estimular a melhoria de sua gestão e a permanência de seus administradores, visando ganhos através do comprometimento com os resultados de longo prazo e do desempenho de curto prazo.

f) Número máximo de ações abrangidas

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar os 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. Este limite só poderá ser alterado mediante deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia.

A quantidade de ações que serão objeto de opção de compra pelo Participante será definida em cada Contrato.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar os 5% do capital social da Companhia.

h) Condições de aquisição de ações

O exercício da opção outorgada nos termos deste Plano ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência:

- a) 1/3 do total da opção poderá ser exercido na data da outorga
- b) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga; e
- c) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga.

Caso as opções não sejam exercidas em até 36 meses após a data do cumprimento de cada um dos períodos de carência, o Participante perderá o direito ao exercício da totalidade das respectivas opções.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço para a compra das ações a serem adquiridas pelos Participantes em decorrência do exercício da Opção será determinado pelo Conselho de Administração tendo como base o preço por ação utilizado para o cálculo do último aumento de capital aprovado.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo para exercício das opções obedecerá as seguintes regras:

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

- a) 1/3 do total da opção poderá ser exercido na data da outorga
- b) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga; e
- c) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga.

k) Forma de liquidação

A liquidação deverá ser feita à vista, na data de subscrição das ações objeto do contrato, podendo o Conselho de Administração, no momento do exercício, estabelecer o prazo para pagamento de 15 dias contados do ato de subscrição das ações.

A concessão do prazo acima mencionado deverá ser vinculada à assinatura de contrato, prevendo juros de 100% do CDI até a data da integralização bem como as garantias necessárias à concessão do crédito.

l) Restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes dos planos de opções não podem ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dado como garantia em obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

Após o exercício das opções, não existe qualquer restrição a venda das ações no mercado.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, o Conselho de Administração poderá se considerar necessário, fazer ajustamentos apropriados no número de ações objeto da outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção, ou estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número e preço das ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de dispensa por justa causa ou pedido de demissão do Participante, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o *vesting*.

Nas hipóteses de dispensa sem justa causa, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Participante, o participante poderá exercer as opções *vested*, bem como as opções proporcionais para o exercício em andamento.

2. Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo

a) Termos e condições gerais

Em 29 de abril de 2019, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo.

Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, de acordo com o permitido pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos seus Programas, incluindo:

- (i) Eleger as Pessoas Elegíveis em favor das quais poderão ser cedidas as Ações Plano e determinar os termos individuais, por Participante, dessas cessões;
- (ii) Aprovar critérios objetivos para a aquisição, pela Companhia, das Ações Plano objeto dos Contratos de Cessão;
- (iii) Autorizar a cessão não onerosa de ações em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações Plano, nos termos do Plano, dos Contratos de Cessão e da lei e regulamentação aplicáveis;
- (iv) Tomar outras providências necessárias para a administração deste Plano e dos seus Programas, incluindo a supervisão de sua adequada implementação;
- (v) Propor eventuais alterações deste Plano e, caso necessário, submetê-las à aprovação da Assembleia Geral da Companhia; e
- (vi) Criar Programas e definir a quantidade de Ações Plano objeto de cada Programa.

As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente às matérias do Plano e seus Programas.

b) Principais objetivos do plano

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

O Plano tem por objetivos: (a) incentivar o alinhamento de interesses dos Participantes e dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, por meio da concessão, aos Participantes, da oportunidade de receberem “Ações Plano” caso permaneçam na Companhia e/ou suas controladas e desde que cumpram das condições estipuladas no Plano, incluindo o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção, desde a Data Término de Aquisição até o fim do Período de *Lock Up*, de “Ações Próprias” sob conta e risco dos Participantes

c) Forma como o plano contribui para esse objetivo

O objetivo de promover um maior alinhamento de interesses é obtido pelo oferecimento da oportunidade aos administradores de se tornarem acionistas da Companhia. Nesse sentido, é importante notar que o Plano é formatado de maneira que os Participantes apenas possam auferir um possível ganho num horizonte de longo prazo, o qual está essencialmente relacionado à valorização das ações de emissão da Companhia neste período. Assim, busca-se permitir que os Participantes comprometam-se com os objetivos de longo prazo da Companhia e com a geração de valor neste período. Ademais, a necessidade de que o Participante permaneça vinculado à Companhia para que possa no futuro auferir um possível ganho, visa a retenção de talentos no quadro de pessoal-chave da Companhia. No caso específico do Plano ainda há um compromisso do Participante manter as Ações Próprias como condição para a efetiva participação no Programa e aquisição dos direitos estabelecidos no Contrato de Cessão. Espera-se, assim, um alinhamento mais intenso dos interesses do Participante e da Companhia, visto que aqueles se tornam ainda mais comprometidos com os resultados de longo prazo, a partir de seus investimentos pessoais.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Trata-se de incentivo de longo prazo, o qual compõe o potencial de ganho dos Participantes, representando essencialmente um incentivo à retenção de pessoal-chave. Insere-se na estratégia de alinhamento de objetivos e interesses no longo prazo, visando privilegiar a geração de valor agregado e sustentabilidade para a Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano constitui instrumento incentivador para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os Participantes são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os Participantes tornem-se acionistas da Companhia,

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência para a efetiva transferência das ações e prazos de indisponibilidade para ações que tenham sido adquiridas com recursos próprios (Ações Próprias) e cedidas pela Companhia (Ações Plano).

f) Número máximo de ações abrangidas

No âmbito do Plano de Incentivo, poderão ser cedidas aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos da Cláusula 10.2 do Plano, respeitadas as disposições da lei e regulamentação aplicável.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Incentivo não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

h) Condições de aquisição de ações

O Plano de Incentivo concede, aos Participantes, a oportunidade de receber ações de emissão da Companhia (“Ações Plano”), mediante o cumprimento das condições de permanência estipuladas no Plano e o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção de ações da Companhia (“Ações Próprias”) por determinado período compreendido desde a Data Término de Aquisição até o fim do “Período de *Lock Up*”, sob conta e risco dos Participantes.

Na condição de contrato mercantil de investimento em ações, a aquisição de “Ações Próprias” e de “Ações Plano” representam atos que decorrem da vontade do Participante, o qual reconhece e está informado sobre os riscos inerentes às operações de renda variável de perda financeira em seu investimento.

As “Ações Plano” serão cedidas de forma não onerosa aos Participantes desde que, cumulativamente: (i) comprovem a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das “Ações Próprias” adquiridas até a “Data Término de Aquisição”, definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração; (ii) permaneçam continuamente vinculados como integrantes da Companhia ou de sociedades controladas pela Companhia; e (iii) mantenham, sob sua propriedade ininterrupta, as “Ações Próprias” desde a Data Término de Aquisição até o fim do Período de *Lock Up*.

i) Critérios para a fixação do preço de aquisição ou exercício

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

A critério do Conselho de Administração, e dentro dos limites aprovados em Assembleia, poderão ser concedidas até 1 (uma) Ação Plano para cada Ação Própria. A decisão do Conselho de Administração é discricionária, contudo pode considerar os seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Cessão; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das ações da Companhia (TESA3) negociadas na B3 na data de aprovação de cada Programa.

j) Critérios para a fixação do prazo de exercício

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

Uma vez manifestada a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão, os Participantes deverão comprovar a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das “Ações Próprias” adquiridas até a “Data Término de Aquisição”, definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Uma vez satisfeitas as condições de investimento e permanência na Companhia estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia transferirá, por meio de operação privada, formalizada em Contrato de Cessão, para os Participantes: (i) 1/3 das Ações Plano, após 12 (doze) meses da data da celebração do Termo de Adesão; (ii) 1/3 das Ações Plano, após 24 (vinte e quatro) meses da data da celebração do Termo de Adesão; e (iii) 1/3 das Ações Plano, após 36 (trinta e seis) meses da data da celebração do Termo de Adesão.

k) Forma de liquidação

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

l) Restrições à transferência das ações

Não aplicável

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito dos Participantes ao recebimento das “Ações Plano” nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Cessão será extinto automaticamente e sem qualquer

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

direito à indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, caso a Companhia venha a ser dissolvida, liquidada ou se tiver sua falência decretada.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às leis e normas societárias em geral ou outras que possam afetar os termos do presente Plano, poderá levar à revisão integral do Plano, dos Programas e Contratos de Cessão de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante, exceto no caso de Aposentadoria Acordada, o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, o qual restará automaticamente resilido na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de cessão pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento, ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula, da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de transferência pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Conforme definido no Plano de Outorga de opções sobre ações, uma das condições para exercício é a permanência dos executivos na Companhia. Na situação de desligamento da Companhia, a opção deverá ser exercida no prazo de 30 dias ou perderá sua validade.

Em função do encerramento do contrato do ex-diretor presidente Sr. Arlindo de Azevedo Moura (único executivo que possuía opções sobre ações), ocorrido em abril de 2018,

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

aliado ao não-exercício das opções então vigentes no prazo acima destacado, as opções de compras de ações concedidas perderam sua validade e o montante equivalente as opções de R\$ 1.935 foi reclassificado para a rubrica de “Prejuízos Acumulados”.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía planos de opções de compra concedidas aos membros da Diretoria Executiva.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Vide explicação do item 13.5 acima

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Vide explicação do item 13.5 acima

13.8 Descrição sumaria das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Vide explicação do item 13.5 acima

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Nome	Nº de Ações	% de Participação no Total
Conselho de Administração	14.280.828	65,9%
Diretoria	143.886	0,7%
Conselho Fiscal	-	0,0%
Subtotal	14.424.714	65,9%
Total	21.657.428	100,0%

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Emitidas pelos Controladores Diretos e Indiretos do Emissor

Nome	Nº de Ações	% de Participação no Total
Conselho de Administração	N/A	N/A
Diretoria	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A
Subtotal	N/A	N/A
Total	N/A	N/A

Emitidos por Sociedades Controladas ou sob Controle Comum do Emissor

Nome	Nº de Ações	% de Participação no Total
Conselho de Administração	N/A	N/A
Diretoria	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A
Subtotal	N/A	N/A
Total	N/A	N/A

Nota: As sociedades controladas, ou são subsidiárias integrais ou são inativas e possuem 100% de suas cotas de propriedade da Emissora ou de suas subsidiárias integrais.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, vez que a Companhia não possui plano de previdência implementado.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	6,00	4,75	N.A.
Número de Membros Remunerados	6,00	4,75	N.A.
Valor da Maior Remuneração Individual ⁽¹⁾	204.000	1.666.762	N.A.
Valor da Menor Remuneração Individual ⁽²⁾	204.000	556.218	N.A.
Valor Médio da Remuneração Individual	204.000	869.004	N.A.

(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses

Obs: Não houve instalação de Conselho Fiscal no exercício de 2020

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	6,00	4,75	3,00
Número de Membros Remunerados	6,00	4,75	3,00
Valor da Maior Remuneração Individual ⁽¹⁾	204.000	1.877.327	180.000
Valor da Menor Remuneração Individual ⁽²⁾	204.000	416.479	102.000
Valor Médio da Remuneração Individual	204.000	889.974	128.000

(1) O valor da maior remuneração individual foi apurado considerando 12 meses para cada um dos órgãos

(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	6,33	4,92	3,42
Número de Membros Remunerados	6,33	4,92	3,42
Valor da Maior Remuneração Individual ⁽¹⁾	204.000	1.478.331	102.000
Valor da Menor Remuneração Individual ⁽²⁾	140.000	786.198	96.000
Valor Médio da Remuneração Individual	179.463	877.209	115.532

(1) O valor da maior remuneração individual foi apurado considerando 12 meses para cada um dos órgãos

(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui seguro D&O (Directors & Officers), no valor de R\$ 80 milhões, que garante à Companhia proteção financeira para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. O prêmio pago em 2020 foi de R\$ 107,4 mil (líquido de imposto).

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos estabelecidos como parte da política da Companhia que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável à Companhia. Não existem quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável à Companhia. Não existem quaisquer valores reconhecidos no resultado de controladores, de sociedades sob controle comum e/ou controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Cabe destacar que a Companhia possui controle difuso e dessa forma não tem controladores diretos ou indiretos.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ANEXO IV

LOCAL DA AGO

Em geral, as assembleias gerais são realizadas no edifício no qual a companhia tem sua sede. Admite-se a realização fora do edifício da sede em situações excepcionais de força maior e caso fortuito, mas ainda assim a assembleia deverá ocorrer na localidade da sede da companhia (Lei das S.A., art. 124, § 2.º).

Não obstante, tendo em vista os impactos decorrentes do novo coronavírus (COVID-19), e as respectivas medidas protetivas recomendadas pelas autoridades sanitárias competentes, em especial as restrições de deslocamentos e aglomeração de pessoas, e de acordo com a ICVM 481, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº. 622, de 17 de abril de 2020 (“ICVM 622”), a Companhia, a fim de viabilizar a participação de seus acionistas na AGO, realizá-la-á exclusivamente de modo digital.

INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO

Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., do artigo 12 do estatuto social e do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, para participar da assembleia geral os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

- (i) cópia autenticada do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia; e
- (iii) procuração, em caso de participação por meio de representante.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na assembleia geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Ainda em relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1.º, da Lei das S.A.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1.º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1.º e § 2.º da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na assembleia geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notariados, consularizados, sendo que no caso dos documentos oriundos de países signatários da Convenção da Apostila, a legalização diplomática ou consular anterior a 14 de agosto de 2016 deverá ser substituída pela aposição de apostila, nos termos da legislação em vigor.

A Companhia, contudo, não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Para fins de melhor organização da assembleia geral, nos termos do art. 5º, §3º, da ICVM 481, os senhores acionistas que desejarem participar da AGO por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, seja votando nas matérias constantes da ordem do dia por meio do boletim de voto a distância ou votando por meio do referido sistema, conforme orientações constantes abaixo, deverão depositar os documentos necessários para participação na assembleia

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

geral com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores no e-mail: ri@tsagro.com.

Os pedidos de participação na AGO por meio da plataforma digital enviados fora do prazo acima previsto serão desconsiderados pela Companhia.

PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO VIA SISTEMA ELETRÔNICO

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma “Zoom”. A participação por meio da referida plataforma conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da AGO com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia informa que a AGO será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 21-C, §1º, II, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622.

Os acionistas interessados em participar da AGO por meio de sistema eletrônico de votação a distância deverão enviar e-mail para o endereço ri@tsagro.com, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO, manifestando seu interesse em participar das Assembleias por esta forma e solicitando o link de acesso ao sistema (“Solicitação de Acesso”).

A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, conforme detalhado acima.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota na AGO, somente após recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação do Acionista, a Companhia enviará, por e-mail, o link e senha de acesso para participação do Acionista por meio da plataforma digital.

O link recebido conterá informações de acesso pessoais e não poderá ser compartilhado, sob pena de responsabilização do Acionista. O Acionista que participar à distância poderá se manifestar e, se desejar, exercer seu direito de voto por meio da plataforma digital, sendo considerado presente à AGO e assinante da ata, nos termos do Art. 21-V, III e parágrafo único, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem de modo prévio com o uso da plataforma digital, bem como garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, por vídeo e áudio. A Companhia também solicita que, no dia da AGO, os Acionistas habilitados acessem a plataforma com, no mínimo, 15 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, de cada uma das Assembleias com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os Acionistas que a utilizem.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

A ICVM 480/09 disciplina a votação a distância em assembleias gerais de companhias abertas registradas na categoria A, autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores e que possuam ações em circulação – assim entendidas aquelas de emissão da companhia, com exceção das de titularidade de acionista controlador, pessoas a ele vinculadas, dos administradores e daquelas mantidas em tesouraria.

A adoção do boletim de voto a distância é obrigatória para todas as companhias abertas registradas na categoria A, reguladas pela ICVM 481/09, nas seguintes hipóteses:

- (i) Por ocasião da assembleia geral ordinária;
- (ii) Sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros (a) do conselho fiscal; ou (b) do conselho de administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do conselho, por vacância em conselho que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os arts. 141, § 4º, e 239 da Lei das S.A.; e
- (iii) sempre que a assembleia geral extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a assembleia geral ordinária.

Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia Geral deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os procedimentos a seguir.

Envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia

Depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar à Companhia os seguintes documentos:

- (i) o boletim de voto a distância relativo à AGO, com todos os campos devidamente preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is); e
- (ii) documentos de identidade e de comprovação de representação, conforme instruções contidas na seção acima.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Para ser aceito validamente, o boletim de voto, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia até o dia até **15 de abril de 2021**, inclusive. Os documentos devem ser encaminhados aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, através do e-mail ri@tsagro.com.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notariados, consularizados, sendo que no caso dos documentos oriundos de países signatários da Convenção da Apostila, a legalização diplomática ou consular anterior a 14 de agosto de 2016 deverá ser substituída pela aposição de apostila, nos termos da legislação em vigor.

A Companhia, contudo, não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Nos termos do artigo 21-U da ICVM 481/09, em até 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos acima indicados, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Conforme parágrafo único do art. 21-U da ICVM 481, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

Envio do boletim de voto a distância por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo artigo 21-B da ICVM 481/09, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os senhores acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam recebidas até **15 de abril de 2021**, inclusive, ou outra data específica indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

Proposta da Administração da Terra Santa Agro

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A..

O agente de custódia e a Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia, no momento da realização da Assembleia, depois do recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

As instruções de voto feitas por acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., deverão ser realizadas por meio do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Itaú Corretora de Valores S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão diretamente aos acionistas que os utilizarem o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

Informações Adicionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do art. 21-W da ICVM 481;
- (ii) conforme determinado pelo art. 21-S da ICVM 481, a Central Depositária da B3,

Proposta da Administração da Terra Santa Agro
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 22 de abril de 2021

ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;

- (iii) encerrado o prazo de votação à distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na AGO, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação; e
- (iv) conforme previsto no art. 21-X da ICVM 481, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da AGO ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.